



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ACTA N.º 4/X-2º/2010-11

1 - Aos vinte dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, pelas 21H15, nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas, sitas na Avenida Aliança Povo Movimento das Forças Armadas, em Cacilhas, realizou-se a Terceira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada referente ao mês de Dezembro, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

.....

3.2 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:

3.2.1 - "Opções do Plano e Orçamento do Município para o ano de 2011" e "Mapa de Pessoal para o ano de 2011";

3.2.2 - "Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para o ano de 2011" e "Mapa de Pessoal para o ano de 2011".

3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara sobre a "Adesão do Município à Associação Portuguesa de Agricultura Biológica - AGROBIO".

2 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta de um eleito, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Charneca da Caparica.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais: José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Carlos Manuel Coelho Revés; Sérgio Neves Correia Taipas; Paula Cristina Loureiro Coelho; Vitor Manuel Domingues Barata; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Elisabete Peres Pereira; José Augusto Tavares Oliveira; José João Santos da Mata; Miguel António Alves Duarte; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Vitor Manuel dos Santos Castanheira; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Ana Marques Serra e Moura Salvado; Armando de Jesus Barata; Ana Isabel Vieira Dias de Moura; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; António Francisco Salgueiro; Miguel Ângelo Moura Salvado; Luís Filipe da Cruz Pereira; Henrique Mesquita Pires; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Jorge Sousa de Pena; Teresa Paula de Sousa Coelho; Fernando Jorge Amoreira Fernandes; António José Pinho Gaspar Neves; Ricardo Jorge Cordeiro Louça; Carlos Alberto Tomé Valença Mourinho; António Abrantes de Almeida.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Senhor Deputado Municipal Helder de Jesus Dias Viegas, com Ausência no dia 20 de Dezembro de 2010, (Ent. 350/X-2º), (**Conforme ANEXO I**).
- O Senhor Deputado Municipal António Frederico de Menezes Ferrinho, com Ausência no dia 20 de Dezembro de 2010, (Ent. 343/X-2º), (**Conforme ANEXO II**).
- O Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Dantas dos Santos com Ausência no dia 20 de Dezembro de 2010, (Ent. nº 338/X-2º), (**Conforme ANEXO III**).
- O Senhor Deputado Municipal João Francisco Ludovico da Costa com Ausência no dia 20 de Dezembro de 2010, (Ent. nº 339/X-2º), (**Conforme ANEXO IV**).

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 20 de Dezembro, do eleito Hélder de Jesus Dias Viegas e por impedimento da cidadã Senhora Cátia Sofia Canelas Gaudêncio, do cidadão Senhor Hernâni José Pereira Peixoto Magalhães, do cidadão Senhor Henrique Rosa Carreiras, da Cidadã Senhora Maria Amélia Nascimento Quaresma, do cidadão Senhor Luis António de Matos Vicente, da cidadã Senhora Margarida Santos Serafim e do cidadão Senhor Alain Magalhães Pereira eleito pelo PEV, (**Conforme ANEXOS V, VI, VII, VIII, IX, X e XI**).
- A Candidata Senhora Fernanda Maria Amaro Tavares, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 20 de Dezembro, do eleito Senhor António Frederico de Menezes Ferrinho e por impedimento do cidadão Senhor José Mário Castelhana Ferreira, (**Conforme ANEXO XII e XIII**).
- O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 20 de Dezembro, do eleito Senhor Carlos Manuel Dantas dos Santos e por impedimento do cidadão Senhor Sérgio Cantante Faria de Bastos, do cidadão Senhor Vitor Manuel Monteiro Rolo e da cidadã Senhora Luisa Andreia Jerónimo Fernandes, (**Conforme ANEXOS XIV, XV, XVI e XVIII**).
- O Candidato Senhor Aníbal António Teixeira, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 20 de Dezembro, do eleito Senhor João Francisco Ludovico da Costa, (**Conforme ANEXO XVIII**).

4.2 - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação das Juntas de Freguesia de Almada, Cacilhas, Feijó, Laranjeiro e Trafaria, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e devido a justos impedimentos dos Presidentes dos respectivos Órgãos Autárquicos, são substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, Senhora Maria José Ablum Monteiro, Senhor Rui Perdigão, Senhora Anabela de Matos Tavares Raposo, Senhor Joaquim Duarte Medeiros e Senhor Hernâni Figueiredo da Silva, respectivamente, (**Conforme ANEXOS XIX, XX, XXI, XXII e XXIII**).

4.3 - Foram submetidas à consideração da Assembleia as Minutas das Actas e as Actas nºs 15, 16, e 17/X-1º e nº 1/X-2º referentes às Reuniões Plenárias realizadas nos dias 28, 29 de Setembro, 11 de Outubro e 12 de Novembro de 2010, respectivamente.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

4.3.1 - Verificado o quórum procedeu-se às votações sendo as Minutas da Actas ratificadas por unanimidade e as Actas aprovadas por unanimidade.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usou da palavra o Múncipe Excelentíssimo Senhor José António Costa Pereira, Residente na Charneca da Caparica.

5.1.1 - O Exm.^o Senhor Múncipe José António Costa Pereira:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nesta quadra de Natal o Governo de Portugal brinda os portugueses com sacrifícios e mais sacrifícios, destrói postos de trabalho, facilita os despedimentos, acelera a destruição daquilo que foi o Portugal antes destes Srs. ocuparem o Poder e nos conduzirem tão mal. A culpa não é só da crise , mas da má governação que compromete aquilo que temos por aquilo que não podemos ter, mas que queremos ter para mostrar obra. A nível local no nosso Concelho de Almada o cenário é ainda um pouco melhor. Mas caminhamos também a largos passos para a destruição da nossa terra, do nosso património, do nosso ambiente reduzindo a qualidade de vida daqueles que aqui vivem, trabalham e comprometendo a vida daqueles que se seguirão depois de nós. Na última Sessão desta ilustre Assembleia relataram diferentes Srs. Deputados Municipais representantes eleitos de diversas forças políticas, algumas questões acerca do desempenho desta equipa municipal eleita acerca de um ano e meio com base no Relatório de Actividades para apreciação. Dizer mal por dizer mal não é construtivo, igualmente dizer inverdades ou propagandear demagogia é igualmente sofrível de uma má pontuação a fazer política.

Venho aqui hoje para dar conta da minha indignação e uma avaliação sofrível, não deste Relatório que não conheço, mas de todo um trabalho que esta equipa municipal liderada pela mão da Sr.^a Presidente Maria Emília e que tem levado os últimos meses a cabo. Concretamente venho falar dos desempenhos desta equipa em matéria da defesa do ambiente, a minha avaliação baseia-se em factos que ocorreram, que estão a ocorrer e vão ocorrer, senão vejamos o IC32 que implicará que as pessoas que o utilizam terão de pagar portagens à Concessionária, esta mesma estrada destruiu já uma árvore monumental que foi ignorada pelos maus técnicos do ICNB e da Câmara Municipal de Almada nos documentos técnicos que produziram quando foram chamados a dar o seu testemunho. Em qualquer das situações todos foram avisados o que ia acontecer, e mais uma vez a política do facto consumado deu frutos. O Tamanqueiro está morto e o progresso da nossa terra faz-se à custa da destruição de tudo aquilo que é importante e que nos foi legado. O Cruzeiro de Vale Rosal terá o mesmo caminho que o Pinheiro, vejamos que o coberto vegetal ali existente já foi todo cortado sem obedecer a qualquer projecto de enquadramento, prometido pela Estradas de Portugal e que esta Assembleia acredita existir.

A 377/2 a estrada mágica que resolve todos os problemas do tráfego turístico no Verão, herdeira da Avenida Turística chumbada por Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo e que ainda está por construir. Via que condiciona muitos dos mega projectos da CostaPolis e que vai permitir a destruição de grande parte do nosso património ambiental.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

É do domínio público que a QUERCUS colocou uma acção contra a construção desta via que decorre no Tribunal Administrativo de Almada. O projecto de execução evidência aquilo que o Estudo de Impacte Ambiental já evidenciava, ser irremediavelmente lesivo para o ambiente.

No passado também o primeiro estudo de Impacte Ambiental teve o parecer de desconformidade e por isso foi arquivado. Existem situações absurdas como sejam a compensação da destruição da melhor área da reserva botânica da Mata dos Medos por uma área expropriada que está dentro do limite da Paisagem Protegida e como se não bastasse a ironia, uma parte de compensação pertence mesmo à denominada Reserva Botânica. Curiosamente esta via para ser rentável deverá ter 4 faixas em toda a sua extensão e não duas como está aprovado na DIA. O próprio Sr. Secretário de Estado do Ambiente, a entrevista ao Programa BIOCHER na RTP 2, disse perante o País que esta via terá quatro faixas, não foi engano. Assistiremos mais uma vez ao incumprimento da execução desta DIA, e tal como acontece no IC32. Mas as ilegalidades não param neste projecto e noutras da política do facto consumado.

Polis Costa, o Programa acaba em Dezembro de 2010 e mais uma vez o projecto ficou por concluir. Os projectos mais emblemáticos estão por concretizar. Os objectivos para que foi criado este programa não serão concluídos no seu tempo útil. Os diferentes projectos desta Sociedade são o espelho da grandiosidade sem dinheiro que queremos fazer, mas que não devemos fazer pois comprometemos mais uma vez a nossa independência económica e financeira.

Em Abril passado esta Assembleia aprovou um empréstimo à banca no valor de dez milhões de euros, se me recordo. Por alienação do Património da Câmara Municipal de Almada. Para onde vamos nós?

Para concluir, os famosos parques de campismo na Charneca de Caparica a instalar, foram aprovados por esta Assembleia. O seu primeiro estudo de impacte ambiental teve desconformidade e foi feito um segundo estudo para viabilizar um projecto por aqui apresentado. Ele está em cima da Reserva Ecológica Nacional e por isso tem toda uma problemática associada. Assistimos recentemente e dia 16 à publicação em Diário da República na I Série, com a Portaria Nº 1284/2010 da alteração da Reserva Ecológica Municipal. Não conseguimos ver detalhadamente ainda esta data dos mapas, mas daquilo que é possível perceber, há uma área significativa de reserva que é alienada. O que a mim não me admira. Todavia iremos com mais atenção comparar estas alterações das cartas perante as cartas da Comissão Nacional da Reserva Ecológica com outras do PDM, e aqui há algumas questões que eu gostaria de deixar presente na Assembleia e um pedido formal a esta Assembleia. Estando a Polis Costa em funções há anos, porque não colocou ainda em discussão pública os Planos de Pormenor PP4 e PP5, e agora faz publicar esta alteração da reserva Ecológica? Estaremos nós perante um novo caso que a crise irá justificar? Quem lucra com esta medida administrativa? Se no passado o Estado tinha defendido proteger a designação Reserva Ecológica Nacional é porque os peritos entendiam ser necessário para garantir o futuro. Estou cada vez mais indignado com o trabalho dos nossos autarcas, que mais uma vez não contribuem para a preservação do nosso património ambiental em Almada, mas fazem a alienação do mesmo comprometendo cada vez mais o futuro das nossas gerações vindouras. Ficam duas questões e um pedido. Quando é que este pedido de alteração à Reserva Ecológica



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Municipal passou por esta Assembleia? Eu não conheço gostaria que me respondessem. Em que Sessão de Câmara foi aprovada a alteração à Reserva Ecológica de Almada? Esta alteração também é extensiva a estrada clandestina que está a ser feita entre a Via Rápida e a Trafaria? Solicito que seja divulgado o parecer da Câmara Municipal de Almada perante a Comissão Nacional de Reserva Ecológica."

5.2 - Em resposta ao Senhor Município, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara.

5.2.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Ouvi com muita atenção a intervenção do nosso Município José António, queria-lhe dizer que considero que o Sr. professor não está bem informado. Estamos disponíveis para lhe disponibilizar informação que o ajude a conhecer os dossiers e então formular uma opinião mais fundamentada, porque não quero obviamente tecer considerações sobre a opinião que aqui trouxe. Fala na base de informação insuficiente, informação que desconhece e portanto estou convencida que conhecendo melhor os dossiers e conhecendo melhor aquilo que na realidade existe, certamente que será conduzido a uma opinião diferente daquela que aqui nos expressou.

Gostaria de lhe dizer que quer em relação ao IC32, quer em relação à Estrada Regional 377/2, já tivemos ocasião por várias vezes dizer nesta Assembleia, noutros fóruns, que a Câmara Municipal tomou a sua decisão relativamente a estes projectos, não se trata de projectos aprovados pela Câmara porque a Câmara não tem competência para aprovar projectos da iniciativa da Administração central. Quem licencia o IC32 e 377/2 são as Estradas de Portugal a entidade licenciadora, mas se tiver interesse em ler e avaliar os pareceres técnicos municipais sobre cada um destes projectos, chegará a uma conclusão completamente diferente daquela que aqui nos transmitiu. Um grande rigor na análise, uma grande preocupação relativamente às questões ambientais e aqui não são questões políticas, são de facto questões técnicas e avaliadas por técnicos com competência para o fazer e que a Câmara Municipal assumiu no seu parecer enviado à Estradas de Portugal, assumiu o Parecer Técnico remetendo e naturalmente solicitando a sua consideração.

Também gostava de dizer que o empréstimo não foi cedido com base em alienação de património, não houve aqui qualquer alienação de património. O empréstimo autorizado pela Assembleia Municipal tem a ver com as candidaturas que apresentámos ao QREN e para financiar a parte nacional para além daquilo que é um investimento municipal a parte nacional desse investimento que ultrapassa vinte e três milhões de euros e que tem muito a ver com regeneração urbana, com escolas, com património cultural, indústrias criativas, etc.. Uma diversidade de projectos e portanto de investimento municipal e portanto tem este propósito em concreto e não houve aqui qualquer alienação de património.

Queria dizer-lhe que a alteração à Reserva Ecológica Municipal foi aprovada pela Sr.^a Secretária de estado e publicada a partir da Secretaria de Estado em Diário da República, não é um dossier, mas não temos nada a obstar. Trata-se do PP5, das Praias de Transição, e não é retirar da Reserva Ecológica



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Nacional de uma forma cega questões e áreas de natureza ambiental a preservar, foi como disse um dossier conduzido pela Costa Polis e que a Sr.^a Secretária de Estado mandou publicar com condicionantes, se tiver tempo leia o documento saído em Diário da República e verificará que há um conjunto de condicionantes apresentadas para cumprimento em sede de aplicação prática do Plano. O Polis está em desenvolvimento. Estamos a chegar ao fim do prazo atribuído à Sociedade CostaPolis, houve da parte do Sr. Coordenador Nacional do Polis uma proposta para o Governo, para os Ministérios a quem cabe a decisão, aponta-se para a prorrogação do prazo de vida da Sociedade para além de 2010 e nesta Assembleia será apreciada a possibilidade de o representante do Accionista Município poder subscrever com o Accionista Estado, a alteração aos Estatutos, ou seja a fixação de uma nova data para a concretização do Programa Polis. É um Programa complexo com uma área muito grande, é o maior do País, há trabalho feito, há trabalho em curso e também há o contexto em que se vive, o contexto de crise e de restrições financeiras, mas é importante continuar com o trabalho e é essa até este momento a disposição de todos e portanto o Polis, se o accionista Estado assim o entender, terá a sua vida prorrogada por mais alguns anos de modo a que todo ele possa ser concretizado e espera-se e deseja-se que para além da área inicial se possa vir a estender nomeadamente à Fonte da Telha e também para Norte na direcção da Trafaria. É o que se deseja, não quer dizer que seja possível depois concretizar. Mas gostava de lhe dizer que toda a documentação estará à sua disposição e estou em crer que depois de ler, de avaliar e de reflectir certamente que terá uma opinião diferente."

5.3 - Deu-se por concluído o Período de Intervenção dos Cidadãos.

6 - Por proposta do Grupo Municipal da CDU relativa ao falecimento, no passado sábado, do Presidente do Beira-Mar Atlético Clube, Senhor João Caeiro, a Assembleia por unanimidade decidiu abrir o Período de Antes da Ordem do Dia para apreciação de um Voto de Pesar.

6.1 - Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Geraldês.

6.1.1 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

VOTO DE PESAR

Pelo falecimento de João Cristiano Maurício Caeiro

Faleceu no passado dia 18-12-2010, João Cristiano Maurício Caeiro, de 54 anos de idade, natural da Freguesia e Concelho de Almada, Gestor Financeiro e Presidente da Direcção do Beira Mar Atlético Clube de Almada.

Desde cedo, pelos seus 17 anos foi chamado a ter responsabilidades directivas nesta colectividade, daí e até à data de sua morte dedicou-se de corpo e alma ao seu clube de sempre e ao movimento associativo.

Ergueu uma obra notável, Homem de causas e projectos, dinamizou todas as actividades de índole cultural e recreativa, salsa, danças de salão, sevilhanas, hip-hop, grupo de representação e escola e competição de Karaté, entre outros.

Mas não só, sobre a sua égide criou-se a escola de futebol do Beira Mar de Almada com centenas de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

praticantes dos pré-escolas aos séniores.

A sua dedicação, capacidade e habilidade plástica, presentearam-nos a todos com momentos inesquecíveis nas marchas populares e no Carnaval.

Pela causa do associativismo, ultrapassou obstáculos, afastou montanhas e criou um legado difícil de igualar.

Foi membro do conselho fiscal da Associação de Colectividades do concelho de Almada e candidato à Assembleia de Freguesia de Cacilhas pela Coligação Democrática Unitária.

Assim a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária no dia 20 de Dezembro de 2010 delibera:

- Homenagear o cidadão João Caeiro e o seu percurso exemplar de cidadão e associativista.
- Manifestar o mais profundo pesar pelo seu falecimento.
- Apresentar sentidas condolências à sua família enlutada e ao Beira Mar Atlético Clube de Almada."

6.2 - Não havendo mais pedidos de uso da palavra e verificado o quórum procedeu-se à votação do Voto de Pesar, que foi aprovado por unanimidade.

6.2.1 - Fez-se uns momentos de silêncio em homenagem ao Cidadão falecido

7 - Entrou-se no Período da Ordem do Dia.

7.1 - A Assembleia apreciou o ofício nº 712/GP com entrada na Assembleia nº 349/X-2º da Presidente da Câmara Municipal sobre a consideração pelo Plenário da Assembleia da "adesão do accionista Município à prorrogação da Sociedade CostaPolis por alteração do artigo 3º dos Estatutos da Sociedade", (**Conforme ANEXO XXIV**).

7.1.1 - A Assembleia deliberou por unanimidade alterar a agenda do Período da Ordem do Dia, através do aditamento de um novo ponto, nº 3.4., para apreciação da referida Proposta.

7.2 - Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a apreciação e votação das Propostas N.ºs 26/X-2º e 27/X-2º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em Reunião Camarária de 03/12/2010, sobre "Opções do Plano e Orçamento do Município para o ano de 2011" e "Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2011" e "Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para o ano de 2011" e "Mapa de Pessoal dos SMAS para o ano de 2011", (**Conforme ANEXOS XXV e XXVI**).

7.2.1 - Para apresentar as Propostas usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Vereador José Gonçalves, Presidente do Conselho de Administração dos SMAS.

7.2.1.1 - A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós temos para apreciar as Opções do Plano e o Orçamento do Município e o Mapa de Pessoal e também dos Serviços Municipalizados. Eu iria deixar algumas palavras relativamente às Opções do Plano da Câmara e depois o Sr. Presidente dos SMAS faria também algumas referências à proposta dos SMAS.

Num quadro de crise aguda para a qual não contribuímos, como se constata pela solidez que o nosso Município tem vindo a conseguir manter, pese embora as dificuldades, turbulência e instabilidade



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

provocados pelos vários tsunamis lançados sobre o Poder Local por parte do Governo, retirando em quatro anos quase mil milhões de euros, a proposta de Plano e Orçamento que se apresenta para decisão da Assembleia Municipal, é uma grande proposta. Uma proposta exigente e realista, quer na receita, quer na despesa, mas ambiciosa porque tem como primeiríssima prioridade e opção a vida dos almadenses não se conformando com o fatalismo a que nos querem fazer resignar.

Na elaboração desta proposta optamos mais uma vez pelas pessoas. Por isso com esta proposta pretende-se prosseguir o desenvolvimento sustentável e solidário do nosso Concelho. Nesta proposta as funções sociais representam setenta por cento dos encargos municipais. É na acção social escolar e no apoio às famílias, na educação e na cultura, no apoio a quem mais precisa, no apoio ao movimento associativo, é no respeito pelos direitos dos trabalhos e na assunção das responsabilidades sociais que lhe são devidas, na defesa dos postos de trabalho e na dinamização da economia, é na defesa e reforço de tudo quanto constitui o chamado estado social ao nível local, que residem prioritariamente as opções tomadas nesta proposta. Com os investimentos no parque habitacional do Município, na reabilitação urbana, de que são exemplos o programa para a Caparica e o centro Histórico de Cacilhas/Almada, na operação de qualificação e ampliação do Parque escolar e em muitos outros projectos pretendemos também contribuir para dar trabalho às empresas e aos trabalhadores, contribuindo para a dinamização da economia à escala do Município. Com os Estudos e Planos Estratégicos em curso e os incentivos ao investimento no Concelho, pretende-se também promover o desenvolvimento económico e social de Almada de hoje e do futuro. Sempre e sempre com opções participadas pelas populações. Almada Nascente Cidade da Água, ai está a arrancar, ainda hoje se realizou a terceira reunião da Comissão Consultiva aqui no nosso território, e é um bom exemplo da capacidade estratégica do nosso município. Um Farol a não perder de vista, uma lição a registar no que diz respeito à democracia participativa que se desenvolve e inova no nosso Município e em permanência. Estes são alguns destaques breves de um vastíssimo Plano que a aposta em prosseguir o rumo do desenvolvimento do nosso Concelho com os almadenses sempre no centro das prioridades. Em termos orçamentais o orçamento da Câmara com os Serviços Municipalizados apresentam um valor global próximos dos cento e quinze milhões de euros, mantendo-se uma elevada capacidade de endividamento disponíveis e o objectivo central de assegurar como sempre o pagamento a tempo e horas a todos quantos trabalham para o nosso Município. Um objectivo ambicioso em tempo de crise, sem dúvida, mas absolutamente essencial para a vida das pessoas. Um Orçamento feito com rigor, não ignorando a acentuada quebra da receita mas um Orçamento para gerir com exigência e não para gastar e depois logo se vê.

Os Serviços Municipalizados registam no próximo ano sessenta anos de vida, uma grande empresa pública que demonstra pela sua prática e pelos seus resultados que é possível resultados sociais e resultados positivos de exploração em empresas públicas e neste caso empresas públicas municipais. Não estamos também aqui condenados ao fatalismo de ter que tudo alienar, porque tudo dá prejuízo e então é necessário abandonar a intervenção pública e optar por outras soluções que de todo não são as



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

mais interessantes no caso fundamental da água e do ciclo da água para as populações e para o Planeta.

Afirma a introdução das Opções do Plano e Orçamento para 2011 do Município que:

A presente proposta de Opções do Plano e Orçamento para 2011 consubstancia um amplo conjunto de orientações e actividades que serão executadas pelos diferentes Serviços Municipais nas diversas frentes de trabalho ao longo do ano de 2011, tendo em vista prosseguir o desenvolvimento sustentável e solidário do Concelho de Almada, e sobretudo as condições de vida das populações.

Todos os Municípios Portugueses, a sociedade em geral, estão neste momento confrontados com medidas de natureza económica e financeira muito duras, já anunciadas pelo Governo para o ano de 2011, que vão agravar muito negativamente, e de forma muito acentuada no quotidiano, a vida dos cidadãos, das instituições e das empresas.

A realidade actual, o anúncio público das medidas de restrição e contenção que todos conhecemos, preocupa todos quantos, de forma responsável, assumem a gestão da causa pública, e em particular aqueles que assumem essa responsabilidade ao nível dos Municípios – as entidades da estrutura de poder político em Portugal mais próximos das populações.

Esta realidade vem reforçar e agravar ainda mais as preocupações que já em 2010 tivemos oportunidade de deixar expressas, em sede de elaboração das Opções do Plano e Orçamento do nosso Município.

Dissemos, então, que “ainda que positiva e reflectindo uma solidez construída ao longo dos vários exercícios e mandatos, através de uma gestão empreendedora, de grande exigência e rigor”, a situação do nosso Município “encontra-se no entanto bastante condicionada, pelos estrangulamentos ao financiamento municipal introduzidos pela actual Lei das Finanças Locais que vem afectando todos os Municípios portugueses”.

A verdade é que, para além dos estrangulamentos identificados há um ano atrás, devido à Lei das Finanças Locais, a situação dos Municípios se viu consideravelmente agravada logo no primeiro semestre de 2010, por força das medidas tomadas pelo Governo no âmbito do chamado Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), donde se destaca a retirada de 100 milhões de euros das transferências do Orçamento de Estado para os Municípios.

A verdade é que a par das consequências directas do PEC nas finanças locais, se viram os Municípios também confrontados com a redução das suas receitas directas, em consequência do impacto negativo provocado pela recessão económica que atravessa o País.

Importa registar que a redução em 2010 dos 100 milhões de euros nas transferências do Orçamento de Estado para os Municípios acabou por se revelar perversa e escandalosa, assim considerada na Resolução do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses de 12 de Novembro de 2010, pois apenas serviu para que fosse a Administração Central a gastar aqueles 100 milhões de euros, agravando o défice público.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

São muitas as situações da mais completa injustiça, pela desproporcionalidade e total ausência de “solidariedade recíproca” para com os Municípios, bem evidenciadas e demonstradas no parecer do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses à proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2011.

A título de exemplo, merece especial destaque o sucedido em 2008 e 2009, anos em que a Administração Central reteve para si 570 milhões de euros a que os Municípios tinham direito por lei, face à evolução da cobrança verificada de IRS, IRC e IVA.

Na proposta de Orçamento de Estado para 2011 constata-se agora, designadamente, a redução de receitas municipais em 227 milhões de euros relativamente ao Orçamento de Estado de 2010, verifica-se a omissão de valores a transferir para os Municípios a partir do orçamento do Ministério da Educação, e constata-se a omissão do pagamento de dívidas de diversos ministérios aos Municípios, por Contratos-Programa não cumpridos.

Neste contexto, de dificuldades e constrangimentos a que a situação nacional nos conduziu a todos, a proposta que se apresenta para o ano de 2011 do nosso Município, é ainda possível, graças ao rigoroso modelo de gestão que vem sendo seguido no Concelho de Almada desde o 25 de Abril de 1974, sempre reforçado em situações de crise, com vista a acautelar o presente e prevenir o futuro das novas gerações.

Nesta proposta encontram-se definidas as opções e perspectivas de trabalho para 2011, que se assumem com plena consciência das dificuldades a enfrentar, mas também com a certeza de que os objectivos são exigentes mas podem ser alcançados, contando com a capacidade de trabalho e responsabilidade instaladas ao nível dos serviços municipais, com provas dadas de elevada competência e dedicação nas circunstâncias mais adversas que temos atravessado.

Esta proposta de Opções do Plano e Orçamento alicerça-se, de novo, na determinação em prosseguir o rumo de desenvolvimento sustentado que caracterizou as últimas três décadas e meia do Poder Local Democrático no nosso Concelho, com a consciência de que será o investimento continuado, ao nível local, na melhoria das condições de acesso aos bens e serviços essenciais aos cidadãos, a melhor forma de atenuar a situação de depressão que tende a instalar-se em contexto de crise aguda, para a qual não contribuimos e vamos continuar a combater.

Reforçando o objectivo central de aprofundamento do processo de desenvolvimento do nosso Concelho, a proposta que se apresenta entronca de novo na Visão Estratégica a partir da qual Almada se tem transformado e crescido de forma assinalável.

Enquadrada nos objectivos definidos para a nova Década de Desenvolvimento “Sustentável Solidário e Eco-eficiente”, a proposta de Opções para 2011 constitui um novo e significativo passo no continuado caminho da consolidação da melhoria das condições e da qualidade de vida das populações e do nosso Concelho.

Tal como em 2010, procurámos aglutinar, no quadro da elaboração desta proposta, não só os compromissos assumidos por quem recolheu uma preferência maioritária da vontade dos cidadãos nas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Eleições Autárquicas de 2009, mas também a essência das ideias e preocupações que as diferentes forças políticas entenderam apresentar, no âmbito do trabalho de construção deste guia orientador da intervenção municipal para 2011, o que se encontra reflectido quer nas Linhas de Orientação, quer nas actividades a desenvolver pelos serviços.

A actividade proposta pelos diferentes serviços municipais para 2011, cuja descrição integra a parte final do presente documento, apresenta-se estruturada em torno dos sete Eixos de Desenvolvimento e reflecte o conteúdo das cento e trinta e quatro Linhas de Orientação definidas. Estas são propostas de partida, que irão desmultiplicar-se na fase de programação para execução das Opções do Plano em 2011, a partir da sua aprovação por parte dos Órgãos Municipais.

Importa sublinhar que toda a actividade do Município, nos diferentes domínios da sua intervenção educação, cultura, desporto, social, ambiental, associativa – se reproduz integralmente na proposta de Opções do Plano para 2011, não obstante a necessidade de aprofundar a racionalização da utilização dos meios e recursos, face às condicionantes de natureza económica e financeira cujo agravamento se vem repetidamente anunciando para 2011.

Neste contexto, a gestão rigorosa e criteriosa dos recursos disponíveis, que desde sempre caracterizou a intervenção municipal em Almada, associada a um extraordinário empenhamento do conjunto dos serviços – trabalhadores e dirigentes municipais –, apresenta-se de reforçada acuidade tendo em vista a máxima concretização do vasto programa de acção 2011.

Deste programa merece especial destaque, pela dimensão e importância sociais que assume, a Acção Social Escolar/Apoio às Famílias, que continuará no centro das preocupações do Município, cuja garantia de recursos assume importância decisiva para que possam ser assegurados a um número infelizmente cada vez maior de famílias, os mais elementares patamares de bem estar social, devidos a qualquer ser humano, e muito especialmente às crianças.

As Opções do Plano para 2011, ao mesmo tempo que abrangem plenamente os projectos estratégicos em curso, integram também um amplo leque de medidas que, de forma coerente e consolidada, permitirão que o nosso Concelho prossiga e aprofunde o caminho de melhoria contínua da qualidade de vida dos Almadenses e de desenvolvimento do Concelho.

De entre as Grandes Opções do Plano importa destacar no actual contexto, pela sua relevância na vida das famílias, e no tecido socioeconómico do Concelho, as seguintes medidas:

- O apoio alimentar a todas as crianças que frequentam as escolas públicas do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, que será integralmente mantido, assumindo as Opções do Plano para 2011 a cobertura integral das necessidades que se prevêem crescentes durante o exercício de 2011 face à degradação das condições económicas de um número crescente de famílias.
- O alargamento da rede de equipamentos pré-escolares com a introdução de quatro novos jardins de infância em outras tantas escolas do 1º ciclo do ensino básico no Concelho, e da rede de escolas básicas do 1º ciclo, designadamente com a entrada em funcionamento pleno das escolas Louro Artur



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

(Marisol), e o início da construção da nova Escola Básica do 1º Ciclo/Jardim de Infância na Charneca de Caparica.

- O processo de cooperação e descentralização de competências para as Juntas de Freguesia do Concelho, aproximando às populações a resolução dos problemas mais imediatos.
- O Plano Plurianual de conservação e manutenção do parque habitacional municipal.
- O aprofundamento da reabilitação urbana, designadamente com o arranque da Área de Reabilitação Urbana de Cacilhas, e a constituição de novas Áreas de Reabilitação Urbana nos termos da recente legislação sobre esta matéria, e dos investimentos a concretizar em execução das candidaturas aprovadas no âmbito do Programa POLIS XXI – Regeneração Urbana (QREN).
- O apoio ao movimento associativo e à promoção do comércio tradicional.
- A manutenção dos incentivos municipais à fixação de actividades económicas no Concelho, quer ao nível do apoio à constituição de empresas através do Núcleo Empresarial de Almada Velha e do Madan Parque, quer das isenções totais de taxa de urbanização para as indústrias de base tecnológica, das reduções em 80% da mesma taxa para novos empreendimentos turísticos e outras indústrias, e da isenção da Derrama para as empresas com volume de negócios até 150 mil euros, abrangendo 70% do universo de empresas do Concelho.

A proposta de Orçamento para 2011 foi elaborada de acordo com as regras do POCAL, sendo que as previsões da despesa se encontram cobertas pela previsão de receita, e se perspectivam novas metas e objectivos de desenvolvimento no próprio ano e anos seguintes.

A proposta apresenta um montante global de 83.578.294,31 euros reforçando o princípio da contenção ao nível dos encargos correntes, seguido há muitos anos, o que a par de uma gestão de rigor tem constituído um dos principais factores de sustentabilidade no nosso Município.

O Orçamento da Receita Corrente assume um decréscimo de 6,3% relativamente a 2010 (- 4,6 milhões de euros), o que decorre da quebra acentuada que se tem verificado nos impostos e taxas municipais, e do corte continuado (2010/2011) nas transferências do Orçamento de Estado para o Município.

Paralelamente, a Despesa Corrente decresce 6,6% (- 4 milhões de euros), perspectivando-se libertar 11,3 milhões de euros para investimento, valor semelhante ao inicialmente previsto para 2010.

Para se alcançar este equilíbrio e objectivo orçamental, – face à acentuada quebra da receita –, procurando evitar no máximo possível os efeitos negativos sobre as transferências correntes; manter reforçadamente a Acção Social Escolar/Apoio às Famílias; e segurar os Fundos Comunitários com candidaturas aprovadas; optou-se por fazer incidir as restrições orçamentais nas Aquisições de Bens e Serviços, ou seja nos encargos de funcionamento da própria autarquia.

O orçamento apresenta cerca de 23 milhões de euros de investimento, financiados sobretudo por receitas correntes, pelo empréstimo autorizado e fundos comunitários associados aos projectos do Quadro de Referência Estratégico Nacional.

Refira-se que o Fundo de Equilíbrio Financeiro, verba do Orçamento de Estado transferida para investimento, tem vindo a decrescer drasticamente ano após ano, atingindo valores absolutamente



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

insignificantes, e que mesmo assim volta a ser reduzido para 2,3 milhões de euros em 2011, quando deveria ter sido assumido o inverso no actual contexto de crise económica.

No ano em que vamos assinalar o 60º Aniversário dos nossos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, um serviço público de excelência que assegura a gestão do Ciclo Urbano da Água a 100%, quero aqui deixar, em duas palavras, o meu testemunho.

O orçamento dos Serviços Municipalizados para 2011 apresenta o montante de 30.944.300,00 euros, sem ser necessário contar com qualquer subsídio à exploração por parte da Câmara, na linha do que vem sucedendo há mais de duas décadas, perfazendo com a Câmara o Orçamento Municipal global de 114.572.594,31 euros.

A solidez e o nível de excelência destes nossos Serviços Municipalizados são resultado de “um percurso feito com as populações e para as populações”, da “dedicação e competência de gerações de trabalhadores e administrações dos Serviços Municipalizados nestes 60 anos” e da “visão estratégica e capacidade do Município de afirmar uma solução organizacional que serve, com mérito, o fim público e as necessidades básicas das populações”, pelo que “só a água pública é de todos”. Estas são citações que retiro do texto introdutório do Conselho de Administração às Opções do Plano para 2011 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada, que com honra e satisfação aqui subscrevo integralmente.

Em Almada temos demonstrado que o Estado Social não está condenado à falência; que é possível um serviço público de qualidade, socialmente justo e economicamente viável.

Com os trabalhadores e as populações, com rigor e visão estratégica, com espírito aberto e em cooperação com todos os agentes socioeconómicos e culturais, e com um Poder Local Democrático devidamente apoiado e respeitado, acredito que é possível um novo rumo – no Caminho da Esperança e da Confiança no Futuro."

7.2.1.2 - O Sr. Vereador José Gonçalves:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu começava por realçar isto que a Sr.ª Presidente referiu, é que o ano de 2011 é mais um ano especial porque comemoramos sessenta anos de actividade. Os Serviços Municipalizados há sessenta anos que constroem, que levam até à casa de cada um esta que é a água de excelência, a água de Almada e pensamos que há de facto boas e muitas razões para celebrar em 2011 esse facto. Esse percurso, desde logo porque gerimos o ciclo urbano completo da água com a captação, a adução, o armazenamento, a distribuição e o tratamento, portanto são poucas as entidades gestoras que o fazem de forma tão ampla, e pensamos também com tão bons resultados. De facto nós temos uma cobertura na água e no saneamento muito próximo dos cem por cento, com capacidade instalada para os cem por cento e pensamos que este percurso feito pelos almadenses e com os almadenses teve naturalmente desenvolvimentos ao longo dos sessenta anos, mas teve no pós 25 de Abril e com a prioridade municipal nas décadas de 70, 80 e 90 na Infra-estruturação um saldo qualitativo de grande significado. Somos hoje de facto uma empresa que tem equipamentos, que tem redes, tem tecnologias, tem



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

peças, tem uma capacidade instalada para responder vinte e quatro horas por dia, todos os dias do ano a este grande desafio, que registe-se que em 2010 foi reconhecido pela ONU como um direito humano fundamental o direito à água e ao saneamento. Mas 2011 é também um ano em que pensamos que se acentuarão algumas das ameaças à nossa actividade. Uma que queria registar é a que resulta de atribuir a entidade reguladora um papel que vai muito para além de função reguladora da actividade, é um papel político que visa pôr em causa a autonomia do Poder Local, visa pôr em causa no limite a água pública. E essa ameaça está naturalmente nas políticas nacionais e comunitárias e que abrange também a nossa entidade sendo certo que noutros Concelhos e noutras latitudes isso já foi mais longe. Mas também registar as dificuldades da população. Sabemos que se acentuarão em 2011 ainda mais dificuldades e portanto registamos que em princípio haverá também um menor consumo, haverá um menor cumprimento das responsabilidades comerciais para com a empresa, facto que nos leva a reforçar e a manter a nossa política social de apoio aos consumidores, aos utentes, e desde já decidimos não aumentar o preço da água em 2011, o que é de facto neste quadro uma atitude que se compreende e que se regista. Por outro lado manteremos naturalmente os planos de pagamento para todas as pessoas que tiverem dificuldades no seu cumprimento e a redução de tarifas nos termos também dos Regulamentos para os mais carenciados. Queria naturalmente dar nota de algumas prioridades da nossa intervenção, destaque para a política ambiental onde incentivaremos as acções do EMAS, o nosso projecto de política ambiental que abrange todas as actividades dos Serviços Municipalizados. Também para medidas de eficácia e eficiência na acção, medidas de contenção e redução nos gastos, em especial nas áreas onde isso é possível e onde faz sentido, mas também para a cooperação na inovação com todas as entidades que pesquisam, que avaliam, desde logo as Universidades, a Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas, o Observatório da Água, a AIA entre muitas outras entidades incluindo também a participação nas Comissões Técnicas da ERSAR. Gerimos protocolos com a CostaPolis, a Marinha Portuguesa, a SIMARSUL, como os Srs. Deputados conhecem e são assuntos que vêm do actual exercício. Destaque para obras de grande envergadura entre elas naturalmente a requalificação que pensamos entrará em obra da Quinta da Bomba com uma obra plurianual no valor aproximado de cem milhões de euros. Mas também para um vasto conjunto de renovação de redes de água e saneamento por todo o nosso Concelho.

O Plano, o Orçamento apresenta uma verba de 30,9 milhões dos quais 5,4 em investimento. É este pois o Plano e Orçamento que se apresenta e que demonstra pensamos a saúde da nossa instituição e tal como a Sr.^a Presidente disse, a garantia de um serviço público de qualidade e a garantia de preservação da água como bem essencial a todos.

Os documentos submetidos à apreciação da Assembleia têm uma introdução esclarecedora:

A água foi desde sempre um elemento central na vida comunitária dos Almadenses. São relevantes os momentos, que a história local regista, de luta pelo acesso à água para consumo humano, para a lavagem das roupas e até para uso animal. Destaque, ainda, para episódios diversos e curiosos envolvendo profissões ligadas à água, tais como os aguadeiros ou as lavadeiras, numa relação sempre



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

difícil com os poderes instituídos da altura, em especial nas primeiras décadas do século XX, e ainda as lutas das populações por novos ou renovados chafarizes – os equipamentos centrais no abastecimento público - em Almada, em Cacilhas, no Monte, na Charneca, entre muitos outros.

A água foi desde sempre um elemento central na vida comunitária dos Almadenses. São relevantes os momentos, que a história local regista, de luta pelo acesso à água para consumo humano, para a lavagem das roupas e até para uso animal. Destaque, ainda, para episódios diversos e curiosos envolvendo profissões ligadas à água, tais como os aguadeiros ou as lavadeiras, numa relação sempre difícil com os poderes instituídos da altura, em especial nas primeiras décadas do século XX, e ainda as lutas das populações por novos ou renovados chafarizes – os equipamentos centrais no abastecimento público - em Almada, em Cacilhas, no Monte, na Charneca, entre muitos outros.

Factos históricos de que daremos conta detalhadamente com a publicação dos livros: a “Cronologia da Água e Saneamento em Almada” - 2.^a edição revista e acrescentada - e a “História da Água em Almada”, ambos baseados em profunda pesquisa histórica local efectuada pelos seus autores, Alexandre Flores e António Policarpo.

Almada vive durante décadas num contexto de profunda escassez de água para consumo das populações, a que acresce a ausência de infra-estruturas de abastecimento dignas desse nome e a consciência técnica de que os pontos de captação potenciais se situam fora do Concelho, situados em Corroios, logo com inerentes custos acrescidos na construção de redes adutoras, facto que se torna intransponível técnica e financeiramente por parte dos serviços. Assim, surge a consideração de criação de uma estrutura municipal autónoma e em consequência são criados pelo Município e entram em funcionamento a 2 de Janeiro de 1951 os Serviços Municipalizados de Água (SMA), tendo como tarefa primeira resolver este enorme e velho problema de abastecimento.

Passados 60 anos há razões para celebrar o percurso efectuado pelos SMAS de Almada no serviço público prestado às nossas populações. Efectivamente, na actualidade asseguramos todo o ciclo urbano da água, incluindo a captação, o armazenamento, a distribuição e a recolha e tratamento das águas residuais, bem como uma intervenção preventiva e reguladora nas linhas de águas pluviais.

Os SMAS de Almada são hoje uma entidade pública municipal de referência regional e nacional em matéria de água e saneamento. Um percurso de 60 anos feito com as populações e para as populações. Orgulhamo-nos de ter na água e no saneamento uma cobertura próxima dos 100% e asseguramos, 24 horas por dia, um serviço de proximidade e de qualidade testada, levando a cada almadense um produto de excelência – a água de Almada – e assegurando uma actividade minimizadora de impactos ambientais, respeitando, desta forma, o aquífero e o meio receptor das águas residuais: o Tejo.

O percurso e os resultados destes 60 anos de actividade merecem o nosso reconhecimento, desde logo, às gerações de trabalhadores e administrações dos serviços municipalizados pela dedicação e competência e ao Município pela visão estratégica e capacidade de afirmar uma solução organizacional que serve, com mérito, o fim público e as necessidades básicas das populações.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Embora registando intervenção ao longo de toda a sua existência, é com a revolução de Abril que se assume uma resposta decidida às carências de abastecimento vividas e resultantes da fraca cobertura e da não fidelidade do abastecimento. Problemas potenciados ainda pelo fenómeno de crescimento urbano registado na região nas décadas de 60 e 70. Crescimento este não planeado urbanisticamente, que dificultou necessariamente a resposta municipal em tempo e em meios. O poder local democrático, pilar da revolução de Abril, assume estrategicamente a infra-estruturação básica - água e saneamento - como prioridade municipal, assegurando com as populações a criação de novas redes de água e de saneamento, por todo o Concelho, resolvendo carências absolutas, que persistiam há décadas, e elevando o patamar de cobertura para padrões de referência.

A construção de quatro ETAR pelo Município assegurando uma capacidade instalada de tratamento de todos os efluentes gerados no Concelho merece destaque e posiciona, só por si, os SMAS de Almada num patamar de relevância nacional, também na área do tratamento das águas residuais.

Os 32 furos de captação, as 16 estações elevatórias, os 25 reservatórios, os 2 mil Kms de redes, as 4 ETAR – Quinta da Bomba, Mutela, Portinho da Costa e Valdeão, o edifício sede com os serviços técnicos e o atendimento, as oficinas gerais no Bairro do Matadouro, as instalações de Vale de Milhaços, o complexo da quinta da Bomba, são exemplos do muito que se construiu e que permite aos SMAS através dos seus quinhentos trabalhadores assegurar uma resposta permanente e qualificada a mais de 160 mil habitantes.

São muitas as razões para comemorar este percurso de excelência feito por Almada e com Almada. Iremos festejar com confiança o 60º aniversário dos Serviços Municipalizados. Os SMAS de Almada desenvolverão um programa de comemorações que decorrerá durante o ano e de que se destacam as comemorações dos dias Nacional e Mundial da Água, a publicação dos livros sobre a História da Água em Almada, a exposição sobre os 20 anos da Comissão de Higiene e Segurança no Trabalho e um seminário de âmbito regional sobre a defesa da água enquanto bem indispensável à vida.

Orgulhamo-nos do passado e temos razões acrescidas para encarar o presente e o futuro dos SMAS com confiança, não obstante o contexto de incerteza em que vivemos no País e no Mundo.

São muitas as ameaças externas, que tenderão a crescer no próximo ano e que ameaçam os SMAS enquanto entidade gestora da água e saneamento com estatuto público municipal.

Ameaças que resultam, desde logo, dos objectivos políticos aplicáveis ao sector quer pela União Europeia quer pela política e práticas nacionais. Aqui se inserindo a generalização de entidades multimunicipais, em que os municípios perdem a condução destas atribuições e a mesma é objectivamente assegurada pela empresa Águas de Portugal, afastando as decisões das populações e abrindo caminho a futuras privatizações do capital das empresas. A criação da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e a atribuição por lei de competências que visam “uniformizar e harmonizar regras de gestão”, aplicáveis a todas as entidades gestoras, tem como fim chegar a uma imposição limitadora da autonomia do poder local. As recentes diligências desta entidade, tendo em vista a publicação de uma recomendação sobre tarifários, impondo escalões e preços de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

água, a praticar de forma uniforme no País, são factos que fundamentam objectivamente a intenção atrás descrita e que fere especificidades locais e representa, neste modelo, um significativo acréscimo do preço deste bem essencial à vida.

Consideramos que o estado central, directa ou indirectamente, não deve impor modelos de gestão e organização, muito menos quando soluções locais, como é o caso, demonstram ser capazes de prestar um serviço qualificado e apresentam indicadores de gestão que podem ser comparados com quaisquer outros modelos organizacionais.

Defendemos a água enquanto bem essencial à vida e direito humano fundamental reconhecido pela Organização Nações Unidas (ONU). Defendemos a sua gestão pública e a autonomia do poder local na definição de elementos essenciais como a forma de organização, a política de tarifários e as prioridades locais nos investimentos e na procura de satisfação das necessidades dos nossos concidadãos.

Reconhecemos a importância de uma regulação técnica do sector, efectuada pela ERSAR ou outra entidade pública, mas opomo-nos a ingerências e tutelas de entidades não legitimadas pelas populações. Repudiamos tentativas, ainda que sob a forma de soluções técnicas, que visam assegurar condições de abertura do sector aos privados. Ainda que, nesta fase intermédia, através de sistemas multimunicipais, concessões ou outras figuras.

Só a água pública é de todos.

O ano de 2011 apresenta-se para os SMAS de Almada com normalidade, apenas beliscada pelas razões da conjuntura externa com impacto na organização, por via legislativa e pela perda de poder de compra por parte das populações, nossos utentes, o que nos impõe uma fatia acrescida de reduções de tarifa e planos de pagamento por dificuldades sociais.

Assim, prevê-se o desenvolvimento das actividades correntes essenciais, com a estabilidade possível, neste contexto, sendo que as dificuldades são as que resultarão de políticas nacionais, em especial as medidas de restrição a que estamos obrigados pela conjuntura geral.

Neste ano será dada particular atenção:

- . à política ambiental, generalizando e dinamizando o Sistema Comunitário de Eco-Gestão e Auditoria (EMAS) em toda a organização e, através dele, incentivando a reciclagem, a reutilização e medidas de eficiência energética e de poupança em consumíveis;
- . às medidas de eficácia e eficiência na acção, a atingir em especial pela reorganização dos serviços com a implementação da nova estrutura – a macro já aprovada e a micro a reorganizar após ponderação de modelo de organização do trabalho resultante das novas imposições legais aplicáveis aos tempos de trabalho;
- . à introdução de novas práticas e medidas de simplificação procedimental, com destaque para a desmaterialização do fluxo de documentos a implementar em toda a organização logo no início do ano e em especial na relação comercial, apostando no balcão digital e nas novas formas de contacto com os utentes;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

. a medidas de contenção ou redução de gastos com electricidade, comunicações, vigilância e consumíveis, num quadro de respeito ambiental.

Prosseguiremos uma profunda e acrescida relação com o mundo universitário através do desenvolvimento de projectos de inovação e de pesquisa técnica aplicável às águas e às águas residuais.

Asseguraremos a participação empenhada nas comissões técnicas da Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA), no Observatório da Água da Península de Setúbal, nos trabalhos técnicos da Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal (AIA) e da ERSAR, contribuindo para a qualificação do sector.

Manteremos uma gestão dos recursos humanos rigorosa e transparente, no respeito pelos direitos dos trabalhadores, assegurando a sua intervenção activa na procura de soluções e na partilha deste projecto conjunto, conscientes da dificuldade de manter, no actual contexto, as equipas motivadas e interventivas.

Manteremos uma cooperação permanente com os nossos parceiros, gerindo os protocolos de colaboração em vigor, com destaque para a relação com a CostaPolis, a Marinha Portuguesa e as Juntas de Freguesia. Neste último caso, com a implementação do novo protocolo de colaboração para um atendimento de proximidade às populações a entrar em vigor no dia 1 de Janeiro.

No plano dos investimentos destaque para o início da obra da Quinta da Bomba com um investimento plurianual próximo dos 10 milhões de euros, que requalificará este equipamento intermunicipal, contribuindo, desta forma, para um ganho ambiental acrescido no Tejo.

Destaque, ainda, para o início das obras associadas ao protocolo da CostaPolis com a empreitada de construção da nova estação elevatória da Costa e a empreitada de renovação do emissário doméstico, entre a estação elevatória do Torrão e a Trafaria.

Relevantes igualmente as empreitadas de renovação da rede de águas e saneamento da Rua da Liberdade, em Almada, a 2.ª fase de renovação da rede de águas do Feijó, a empreitada das redes do Parque do Fróis na Caparica e a renovação das redes na Rua Cândido dos Reis em Cacilhas. A que se juntarão um conjunto diversificado de outras pequenas obras de renovação da rede de águas e águas residuais por todo o Concelho.

Por último, será desenvolvido um amplo conjunto de estudos de renovação das redes de água, águas residuais e pluviais para implementação em anos futuros com destaque para Almada Norte, Pragal e Cova da Piedade.

Iniciar-se-ão os trabalhos de actualização dos planos directores de abastecimento de águas e de drenagem, documentos indispensáveis para o planeamento estratégico da intervenção dos SMA nestas frentes de trabalho.

Será prosseguida a concentração dos serviços operacionais nas novas oficinas do Bairro do Matadouro, obra em fase de conclusão, e continuado o estudo da 2.ª fase de requalificação, associando a este processo novos procedimentos e formas de intervenção.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Tendo presentes estes objectivos, a actividade dos SMAS de Almada no ano de 2011 será suportada num orçamento global de 30.944.300 euros, dos quais 5.481.800 euros em investimentos com financiamento definido – prevendo-se ainda mais 9.248.800 euros de investimento com financiamento não definido, mas assegurado pelo saldo previsível do exercício corrente - e procurará concretizar as actividades programadas, no quadro das Linhas de Orientação definidas."

7.2.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais António Salgueiro, Ana Margarida Lourenço, Fernando Pena, Luis Filipe Pereira, Manuel Braga, Carlos Revés, Elisabete Pereira, Luis Varela Pais, Cristina Coelho, António Pedro Maco, Ana Salvado, Nuno Pinheiro, Bruno Dias, José Augusto Oliveira, José Joaquim Leitão, Sérgio Taipas, Ana Isabel Moura e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

7.2.2.1 - O Sr. Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Encontramo-nos hoje aqui para apreciar e votar as propostas da Câmara Municipal relativas às Opções do Plano e Orçamento do Município e dos SMAS para o ano de 2011.

Dos documentos apresentados, verifica-se mais uma vez, que do ponto de vista técnico se encontram bem elaborados, mas já no que se refere às Opções apresentadas, não podemos comungar do mesmo optimismo que a Sra. Presidente da Câmara e o Sr. Presidente dos SMAS aqui revelaram na respectiva apresentação.

De facto, o Partido Social Democrata, tentou, quer através da reunião com a Sra. Presidente da Câmara nos termos do Estatuto da Oposição, quer através das reuniões com os eleitos da Vereação na Câmara Municipal, que as Opções do Plano e Orçamento para o ano que vem, reflectissem diversas propostas que, a nosso ver, poderiam ter enriquecido os documentos em apreço, tendo sempre como objectivo prioritário uma total e desinteressada colaboração e um espírito construtivo.

Infelizmente, não foi esse o entendimento da Sra. Presidente da Câmara nem dos eleitos da CDU, que uma vez mais preferiram ignorar, na totalidade, as propostas apresentadas pelo PSD.

As propostas por nós apresentadas, foram:

- Atracção de Investimento através da disponibilização de terrenos e taxas municipais mais competitivas (para além das já previstas para as indústrias tecnológicas), bem como a apresentação de uma proposta de derrama mais baixa para 2012;
- Criação de um Parque Tecnológico na Caparica junto à FCT-UNL (um projecto mais ambicioso do que o actual Madan Park);
- Gerar um Programa de Apoio à Reconversão do Comércio Local, com apoio a fundo perdido de parte dos montantes investidos;
- Investimento Municipal para criar espaços com grandes áreas para atracção de Grandes Marcas para Almada Centro, para com isso dinamizar a vivência comercial daquela zona do concelho, passando também por alargar os horários de funcionamento;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- Abertura da zona pedonal de Almada Centro, no eixo central, bem como a promoção de uma intervenção mais estruturada para rever a circulação, passeios e estacionamento desde Cacilhas até ao Centro Sul, ao longo das Avenidas Centrais;
- Criação da Polícia Municipal;
- Promoção de um Programa Municipal de Reabilitação Urbana, com condições mais favoráveis para recuperar o parque habitacional;
- bem como a Criação de um Programa Municipal de Arrendamento Jovem;
- Criação de um Programa de Inclusão Social, apostando nas vertentes de Formação Cívica e promoção da Formação e Reintegração Profissional;
- Criação de uma nova Política de Habitação Social, acabando com os actuais mega bairros sociais;
- Reforço das verbas para recuperação dos Bairros Camarários;
- Cortes quantificados nas rubricas "OUTROS", e promoção de mais especialização do Exercício;
- A construção do Mapa de Despesa de forma mais participada, para promover verdadeiros cortes nos desperdícios; Propusemos apresentar um documento nesse sentido se a Sra. Presidente aceitasse discutir as rubricas do Orçamento, lamentavelmente a Sra. Presidente também não quis...;
- No que respeita à Informação Municipal - A CMA passaria a ter no Site e no Boletim Municipal à disposição de todos os munícipes mais notícias, com as posições e sentido de voto dos Autarcas "não executivos";
- Queríamos o Reforço da Intervenção na Limpeza Urbana, através de um Novo Modelo de Recolha de Lixo e de Monos;
- A definição de um novo Modelo de Financiamento do Programa Pólis, sem que estejamos dependentes da venda de terrenos;
- E também a revisão profunda do Plano de Acessibilidades e Mobilidade;

Nenhuma destas propostas, que consideramos bastante válidas, tiveram eco por parte da força política que governa os destinos do município, e como tal, consideramos que foi uma total desconsideração para connosco, depois da disponibilidade que revelámos para que no próximo ano os órgãos autárquicos pudessem trabalhar com documentos que estabelecessem objectivos mais consistentes e calendários de execução mais criteriosamente aplicados.

Após a verificação de todo o processo anterior à chegada a esta Assembleia Municipal destes documentos estratégicos que estão agora em análise, chega-se à conclusão que o executivo municipal não quer a participação nem a nossa contribuição para ajudar a melhorar o estado de coisas no Concelho.

A verdade é que o Concelho de Almada, a par da quase generalidade dos concelhos do nosso País, atravessa também uma grave crise económica e social, que aliás é espelhada por uma das maiores taxas de desemprego da região.

E é nesse sentido que consideramos que falta nestes documentos uma clara aposta num maior investimento e, é essa falta que demonstra que não existe por parte da Câmara um interesse real e uma



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

verdadeira estratégia para atrair novos investimentos, a instalação de projectos de qualidade e a consequente promoção de mais emprego.

É por tudo o que anteriormente manifestámos, que as propostas de Opções do Plano e de Orçamento para 2011 da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados presentes a esta sessão pública se bem que, como já referimos, correctas do ponto de vista técnico e contabilístico consubstanciam uma diferente visão acerca das opções que na nossa óptica seriam as mais capazes para a efectivação de um desenvolvimento socioeconómico mais equilibrado e harmonioso do Concelho de Almada.

Desse modo, o nosso sentido de voto terá em conta esta circunstância política incontornável.

Queria endereçar também a todos os presentes e respectivas famílias os votos de um Bom Natal e Um Próspero Ano Novo."

7.2.2.2 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Chegados ao terceiro dia desta Sessão da Assembleia Municipal, é agora o momento de analisar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011 da Câmara Municipal de Almada e dos Serviços Municipalizados. O que aqui nos é apresentado hoje são como o próprio nome indica as Opções que a Câmara Municipal faz para a gestão do seu Orçamento para 2011. É disso mesmo que se trata, Opções. Opções políticas que este Executivo camarário faz em detrimento de outras que opta não fazer.

O Partido Socialista mostrou-se logo disponível para viabilizar este Orçamento se o mesmo reflectisse aquilo que entendemos ser essencial para este Concelho, voltar a dar vida ao centro da Cidade de Almada. Esta é uma preocupação real, não só do Partido Socialista mas também da grande maioria dos almadenses, e não é uma preocupação só desta altura Sr.^a Presidente. O Partido Socialista desde há muito que defende a abertura do trânsito daquela zona pedonal, e por mais que argumentem o contrário e que tentem imputar a diversificação do Centro da Cidade para o Governo Central com o argumento de que se as pessoas pudessem sair do autocarro, entrar no metro, ir ao centro de Almada, voltar a entrar no metro, voltar a apanhar o autocarro, o centro estaria cheio de gente.

Custa-me acreditar que alguém acredite de facto neste argumento. As questões da mobilidade não se resolvem de um dia para o outro, é uma questão de hábitos, de cultura social, e os hábitos culturais de uma sociedade não se alteram de um momento para o outro, mas mais grave do que isso, é tentar ignorar aquilo que todos vêem. Quem não se lembra da Praça da Renovação, com as esplanadas dos cafés cheias durante todo o dia, há poucos anos atrás? Com pessoas a passar constantemente por debaixo daquelas arcadas. Quem passar por lá hoje não só não vê esplanadas bastante mais reduzidas quer seja Inverno ou Verão, como vazias, quase sem ninguém. Falo daquilo que é evidente a todos e que por muito que digam o contrário não podemos ignorar, actualmente e para quem sempre conheceu Almada como eu e muitos dos que aqui estão nesta sala, é desolador andar pelas ruas de Almada.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Este Projecto Centro Comercial a Céu Aberto que o Executivo CDU quis implementar no centro da Cidade falhou, e há que assumir os erros e corrigi-los em tempo útil antes que se tornem problemas ainda maiores e irreversíveis.

Para já, ainda há uma geração jovem activa que se lembra do que era a Cidade e das potencialidades que a mesma tem. Mas se a Câmara Municipal de Almada continuar a ignorar que o seu projecto para o centro da Cidade não funciona e se recusar continuamente a corrigi-lo, a população de Almada criará novos hábitos tendo como adquirido que o centro de Cidade não será mais do que aquilo que actualmente todos nós vemos, mas que alguns insistem em não ver. Esta foi a condição que o Partido Socialista apresentou à Sr.^a Presidente da Câmara Municipal para que o Orçamento 2011 fosse viabilizado. Com isto estaríamos a ter uma atitude responsável de abertura para a viabilização do Orçamento por parte do maior Partido da oposição e aos mesmo tempo estaríamos a dar voz àqueles que acreditaram no projecto político que apresentámos nas últimas eleições autárquicas, não defraudando as suas expectativas, e aquilo que os fez acreditar no nosso projecto. Mas, como disse no início desta intervenção e o que aqui estamos a discutir hoje são opções, e estas opções levaram desde logo a que este Orçamento imponha um corte de cinco por cento nas transferências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia. Um corte de cinco por cento justificado pela Sr.^a Presidente da Câmara de forma até emotiva em reunião com as Senhoras e Senhores Presidentes de Junta do nosso Concelho, justificando que tem mesmo que ser, que estamos em época de contenção orçamental e também cortaram as receitas para o nosso Município e infelizmente tem mesmo de ser. Esse corte iria aliviar o Orçamento da Câmara Municipal em aproximadamente cem mil euros. São menos cerca de cem mil euros que a Câmara Municipal deixa de transferir para as Juntas de Freguesia em relação ao ano anterior. Cem mil euros num Orçamento de mais de oitenta e três milhões de euros. Cem mil euros esses, que a dividir por onze Juntas de Freguesia do nosso Concelho daria menos de dez mil a cada uma delas. Poderão dizer dez mil euros não faz grande diferença, mas como todos nós sabemos e os Presidentes de Junta de Freguesia aqui presentes sabem melhor do que ninguém, esse corte no Orçamento de cada uma das suas Juntas é bastante significativo. Até porque estamos a falar do Poder Local de proximidade, aquele que a população mais depressa pede auxílio para a resolução dos seus problemas, aqueles que prestam um serviço às populações diariamente, aqueles que continuarão a assegurar todos os serviços descentralizados da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia, que vão desde a recolha de monos e aparas de jardim até à gestão de mercados municipais e outros equipamentos, de pequenas reparações nas calçadas, de pequenas coisas que muitas vezes a população se queixa, são as Juntas de Freguesia que rapidamente atendem esses pedidos, e são esses mesmos serviços prestados à população, descentralizados pela Câmara Municipal às Juntas de Freguesia que terão de ser mantidos, mas com menor Orçamento. Porque estas coisas da defesa do Poder Local nem sempre dá jeito, por vezes é melhor passar por cima. Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, estas opções políticas aqui hoje analisadas, porque é disso que se trata,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

chegaram a esta Assembleia com o voto favorável na Câmara Municipal da Vereadora do Bloco de Esquerda. Sim, ouviram bem, com o voto favorável.

Perguntava na passada sexta-feira o Sr. Deputado Luís Filipe Pereira, como é que queriam que o Bloco de Esquerda votasse? Contra? Abstendo-se? Claro que não! Pois claro que não Sr. Deputado, ninguém aqui estava à espera que o Bloco de Esquerda se comportasse como se comporta em todas as outras Câmaras Municipais em que está representado, ou como se comportam os Deputados do Bloco de Esquerda na Assembleia da República, ou como o Bloco de Esquerda se comporta nas Assembleias de Freguesia em que tem assento. Claro que não estávamos à espera que o Bloco de Esquerda se comportasse como um Partido da oposição. Nós já sabemos que aqui em Almada o Bloco de Esquerda é um outro Bloco de Esquerda, é um Bloco de Esquerda que deturpa aquilo que foi a vontade da população de Almada, que decidiu tirar a maioria política da gestão da Câmara Municipal à CDU e que deixou bem claro que a CDU teria que procurar entendimentos com outros Partidos incluindo no seu programa e nas suas opções alguns pontos estratégicos dos Partidos da oposição, porque a população de Almada não quis que a CDU decidisse sozinha o futuro deste Concelho. Aquilo que o Bloco de Esquerda fez em Almada foi exactamente aquilo que a oposição não deve fazer que é desrespeitar o seu eleitorado. Nenhuma das grandes questões que o Bloco de Esquerda trouxe aos eleitores nas últimas eleições autárquicas foi considerada neste Orçamento e como tal nenhum desvio do rumo predefinido pela CDU foi conseguido. A CDU em Almada continua a governar em maioria absoluta porque o Bloco de Esquerda assim o permite. Mas ao analisar o comunicado justificativo do voto favorável do Bloco ficamos a perceber outras coisas. É que o Bloco em Almada, o Partido que muitas vezes acusa os restantes partidos da oposição aqui nesta mesma Assembleia, só procurarem a disputa política sem qualquer fim e de ser o Bloco o único partido responsável, o que procura consensos, o que permite o diálogo em sede de Comissões desta Assembleia é o mesmo partido que antes de qualquer outra discussão na Conferência de Representantes na Assembleia Municipal sobre a Moção apresentada pelo mesmo, sobre Orçamento Participativo se fecha numa sala com a Sr.^a Presidente da Câmara e negocia como bem entende aquilo que deverá ser objecto de Orçamento Participativo. Ficamos todos a saber que o que a Conferência de Representantes irá decidir é que em 2011 terá de ser objecto de Orçamento Participativo algumas obras de conservação, manutenção nas partes comuns dos prédios do parque habitacional do Município para aplicar de acordo com uma decisão participativa dos moradores. Porque mesmo que a Conferência de Representantes entenda que o Orçamento Participativo deverá ser aplicado em outras áreas que não esta, o Bloco de Esquerda, Partido que apela à participação de todos já decidiu que será nesta área que deverá ser implementado. E não estamos com isto a dizer e que fique bem claro que somos contra ou a favor do que ficou acordado entre quatro paredes. Estamos sim a dizer que a forma como o fizeram não é coerente com aquilo que tantas e tantas vezes nesta Assembleia disseram. Este é o Bloco de Esquerda que há pouco mais de um mês, não percebeu e se mostrou indignado pelo facto de o Partido Socialista ter levado uma proposta com alterações aos procedimentos, em Regulamento da ECALMA, a uma Assembleia Municipal



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

extraordinária marcada para o efeito, porque o assunto estava a ser discutido em Conferência de Representantes. E passadas umas semanas, o mesmo Bloco de Esquerda fecha-se num Gabinete e negocia o que bem entende sobre outro assunto que ainda está em discussão nessa mesma Conferência de Representantes. E foi isto que o Bloco de Esquerda introduziu no Orçamento da Câmara Municipal. E que justificou o seu voto favorável ao mesmo. Conseguiu ainda para o efeito que estivessem previstos no Orçamento uma dotação de cem mil euros em 2011 e de mais cem mil euros em 2012. Cem mil euros, o mesmo valor que a Sr.^a Presidente retirou às Juntas de Freguesia sobre o argumento de contenção, fazendo o apelo emotivo à compreensão de todas as Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, o que faltou dizer aos Presidentes das Juntas de Freguesia foi que a Câmara Municipal optou por pegar nesses cem mil euros e negociar com o Bloco de Esquerda a aprovação do Orçamento. Porque é isso mesmo que hoje estamos aqui a analisar, as opções da Câmara Municipal de Almada."

7.2.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena CDS-PP:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Este é o primeiro documento de Opções do Plano e Orçamento apresentado a esta Assembleia desde que se constituiu a nova maioria entre o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda que governa os destinos do nosso Concelho. É já um momento para reflectir num ano deste novo caminho, que no essencial dá continuidade às políticas que há décadas foram escolhidas para Almada. Diremos sob o signo da globalização que alterou o modo de vida da populações, nas relações económicas e as barreiras geográficas, ao mesmo tempo foram abertos novos espaços de liberdade, a qualidade de vida, o sistema educativo, o acesso ao conhecimento, a capacidade de gerar e atrair novas ideias, a abertura ao mundo empresarial, a qualificação das pessoas e a sua identificação com a Cidade, são factores de diferenciação das cidades modernas. Mas num mundo globalizado as cidades que querem emergir têm de ser capazes de assumir as diferenças locais. Almada poderia e deveria ser um local onde se geram ideias inovadoras, uma Cidade comprometida com o futuro e que atraia pessoas, empresas e conhecimento. Se não somos capazes de competir com outras metrópoles ficaremos à margem, se não somos capazes de superar com ousadia, criatividade e valores, não conseguiremos responder aos desafios do novo século. Almada tem uma situação geográfica impar, uma história rica e um povo que pode meter mãos à obra. O Rio, o Mar, as Praias, a Floresta, as terras Agrícolas, o Património Histórico, Arqueológico e Natural, a Paisagem e as práticas ancestrais podem abrir as portas a um futuro melhor assim saibamos preservá-los e valorizá-los.

Iremos rever brevemente o Plano Director Municipal, é o momento de olhar para o erro estratégico desastroso, de se ter assumido a construção como o grande desígnio do Concelho na 1ª versão do PDM. Mais um ano de mandato, uma nova maioria, um novo Orçamento, em nada indiciam a mudança de paradigma. Analise-se o Orçamento para 2011, verifica-se facilmente que metade das receitas ordinárias provêm do sector imobiliário, sob esta lógica opressiva do betão tem crescido uma Cidade desordenada, suja, esmagada por construção, sem regras, nem limites, de costas voltadas para o Rio e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

para o Mar, sem espaço público generoso e aprazível, tantas vezes rendido ao vandalismo e à criminalidade, à violência, muitas vezes grave, tem crescido em Almada, perante a indiferença do Executivo. Aliás, o que a Presidente da Câmara tem a dizer sobre o assunto é uma teoria da conspiração histórica e absurda. Para o CDS a criminalidade tem que ser combatida a partir da prevenção e do controlo da pequena delinquência. Para o CDS a autoridade não é um estigma, o vandalismo também é crime, os graffitis não são arte, o usufruto do espaço público é um direito elementar de cidadania, e deixando muito claro que o humanismo não é exclusivo da Esquerda, mas sem fazer dos criminosos vítimas em Almada. Negligenciou-se o Património e destruiu-se a paisagem e com ela a memória das nossas gentes e parte importante da nossa identidade. Isto foi o caminho trilhado por décadas de Poder Comunista, dificilmente serão as mesmas pessoas que quererão ou poderão inverter estes propósitos. Num Concelho que se quer solidário, há populações sitiadas e enterradas em lama ou pó em locais como o Vale da Sobreda, que até as Forças de Segurança não ousam conhecer. Num Concelho que se quer sustentável planear-se o saque derradeiro à Reserva Agrícola, à reserva Ecológica e à Reserva Botânica e à Paisagem Protegida em nome de uma estrada criminosa, que mais não pretende que escancarar as portas à especulação imobiliária. Num Concelho que se quer eco-eficiente, nada se faz para combater o inaceitável desperdício de água potável, um bem demasiado precioso para ser negligenciado em lavagens e regas sem critério. Num Concelho que se quer solidário, há idosos abandonados nos lares, cidadãos que têm medo de sair à rua e privações sócio materiais das mais elevadas da Área metropolitana de Lisboa. Num Concelho que se quer sustentável o programa mais emblemático, o Polis da Caparica acentua a pressão imobiliária e viária sobre o litoral e corresponde a uma estratégia profundamente errada e insustentável, económica e ambientalmente. Num Concelho que se quer eco-eficiente, a iluminação pública é ineficiente, obsoleta, geradora de insegurança e um foco de desperdício energético. Num Concelho que se quer solidário, os cidadãos e as empresas são sobrecarregados com impostos e taxas injustas que inibem a livre iniciativa e afligem as famílias e são confrontados com uma máquina autárquica lenta que não responde no tempo devido. O discurso oficial apoiado numa poderosa propaganda e na criação de uma rede de dependências tudo à custa do dinheiro público, funciona um Concelho que os cidadãos não reconhecem no seu quotidiano. Um ano de Mandato e os documentos que hoje discutimos não mostram Almada mais sustentável, solidária e eco-eficiente que as Opções do Plano anunciavam. Fiel ao Programa Eleitoral que apresentou aos almadenses, o CDS identificou medidas que considera essenciais para o Orçamento 2011 e que apresentou em devido tempo à Presidente da Câmara Municipal de Almada como propostas para o texto que hoje se vota. Numa situação social de emergência são os idosos aqueles que mais sofrem em silêncio, tantas vezes marginalizados por uma cultura da juventude, isolados, prisioneiros das suas casas, privados de conforto material e humano necessitam das autoridades públicas atenção prioritária. O CDS propôs uma redução drástica da despesa do Município em favor do reforço do cuidado com a população idosa. Assistência de enfermagem e a aquisição de medicamentos, apoio doméstico para compras e pequenas reparações,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

parcerias de voluntariado e assistência energética são aspectos que facilmente se entendem estarem à frente de ofertas de relógios, dos inúmeros jantares e dos caríssimos anúncios de televisão que esta Câmara habitualmente promove. Infelizmente como da forma mais repugnante entendemos na quinta-feira passada aqueles que mais necessitam não passam de joguetes eleitorais desta maioria de esquerda, que na hora das propostas concretas não hesita em trocar famílias que sofrem pela política de sótão, por outro lado reconhece-se em todo o Concelho a falência da limpeza do espaço público, algumas freguesias como a Charneca são vítimas gritantes de uma Câmara que parece ter desistido de Almada. O reforço orçamental e técnico da limpeza urbana e um plano de combate a graffitis é urgente, embora constitua apenas um pequeno passo da devolução das ruas aos cidadãos. O CDS propôs, a Câmara Municipal não acolheu. O CDS não abdica também da protecção integral da vocação agrícola das Terras da Costa e da paisagem magnífica da Arriba Fóssil e da Mata dos Medos. Já muito se debateu, mas não se compreende que às portas da Europa civilizada um Concelho insiste em planos de betão e alcatrão sobre o seu património mais rico. O CDS propôs, a Câmara Municipal mais sedenta de especulação imobiliária recusou, por fim o CDS entende como prioritária a definição de uma política municipal que seja amiga das famílias e da maternidade, intermediária entre o indivíduo e a sociedade, a família é essencial na criação de uma civilização de vida e humanidade. A Autarquia conhecedora da realidade local, deveria impulsionar esta realidade fulcral para o futuro. O CDS propôs, a Câmara Municipal ignorou. Mas o CDS sabe o que quer. Para memória futura ficam aqui lavradas propostas para 2011 que estamos em crer fariam toda a diferença. Mas hoje votaremos também os mapas de pessoal, em cada dia que passa vamos conhecendo com mais pormenor o estilo controleiro e persecutório deste Executivo. A máquina municipal é gorda, rígida e burocrática, mas também é injusta e pouco transparente. O aparelho comunista tudo quer em tudo manda, tudo controla, e sim, o CDS sabe que há alternativas. Na única autarquia que dirige a de Ponte de Lima, há lições de visão estratégica com que a Câmara Municipal de Almada e a oposição colaborante podiam aprender o que é um Município que é atractivo para cidadãos e empresas. Por cá, a Presidente da Câmara continua a esfolar os contribuintes e a dizer que ninguém no País faz melhor. mais uma vez a realidade desmente-a. Para lá de isentar os cidadãos de cinco por cento de IRS, em Ponte de Lima a Derrama zero para todas as empresas. Por outro lado, a Câmara de Ponte de Lima tem apenas quatro chefes de Divisão. Não tem Directores de Departamento, não tem empresas municipais e o Presidente e os Vereadores não têm cartão de crédito nem motorista. Em momento nenhum da semana. Por tudo isto o CDS é oposição. Com ideias e propostas claras como tem vindo a demonstrar e quer estar ao serviço de Almada e dos almadenses. O CDS não tem de subjugar-se à voz da dona, não espera empregos do sector público, não tem amigos a quem favorecer com ajustes directos, não tem quem lhe pague luxuosas campanhas eleitorais, ai, ai, ai, o CDS está como dizia um seu antigo Presidente, completamente livre, completamente solto. Face às opções penalizadoras que hoje nos são apresentadas, em que os cidadãos do nosso Concelho não poderão esperar um futuro melhor, votaremos em consciência contra. Almada merece muito melhor.



7.2.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Há uns dias o antigo Bispo de Setúbal, D. Manuel Martins acusava o governo de "estar a matar pela raiz os direitos sociais".

"Aquilo que é fundamental num estado Social este Governo está a matar, com as exigências que põe, com os benefícios que retira", afirmou D. Manuel Martins.

Estas palavras ilustram bem a situação que se vive no nosso País e vindas de quem vem, assumem uma maior relevância.

Na realidade estamos a terminar um ano que foi extremamente difícil, para os trabalhadores e trabalhadoras, para os desempregados, para os jovens e pensionistas. O ano que se avizinha começa logo com o aumento do IVA e do IRS. está também anunciado o aumento da electricidade que arrastará consigo o aumento generalizado dos bens de consumo essenciais à subsistência das pessoas.

É neste contexto que a aprovação das Opções do Plano para 2011 em Almada assume particular importância.

Um plano elaborado numa situação de cortes severos para as autarquias, que em Almada tem o efeito da redução de 9% nas transferências do Orçamento de Estado referente ao que lhe era devido por lei e as receitas directas sofrem os efeitos da recessão económica que atravessa o País, a que Almada não é alheia.

Neste quadro o Bloco de Esquerda não podia ficar indiferente.

Em 2009 referimos claramente que viabilizávamos com a nossa abstenção as Opções do Plano para 2010 porque reconhecíamos, no mesmo a consideração de propostas do Bloco, tais como:

- a renovação urbana;
- a reabilitação urbana dos núcleos históricos;
- o apoio ao comércio tradicional;
- a criação de uma rede de Parques Agrícolas Urbanos;
- a recolha de óleos domésticos;
- a avaliação e aprofundamento do Plano de Mobilidade "Acessibilidades 21" e a sua extensão a todo o Concelho.
- assegurar a implementação do Plano de desenvolvimento Social;
- apoiar programas locais de apoio ao Sem-Abrigo e aos Imigrantes;
- aprofundar mecanismos que permitam o acesso permanente à informação a todos os almadenses;
- a preocupação com os trabalhadores do município, desde a melhoria das suas condições de trabalho, até à aplicação da Opção gestonária para e o compromisso de combate ao trabalho precário na autarquia.

Durante o ano de 2010, tivemos oportunidade de continuar a apresentar sugestões e reconhecemos vontade de as levar à prática. Por isso ao longo de algumas reuniões de trabalho entre a Presidente da Câmara e a Vereadora do Bloco de Esquerda, foram apresentadas propostas e colocadas questões



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

consideradas essenciais pelo Bloco de Esquerda, que foram consignadas no documento em apreciação, e das quais se destacam:

1. Na área dos recursos Humanos, na linha 7.2 (pág. 151), o compromisso assumido é "prosseguir a actividade e gestão dos serviços de recursos humanos assente numa política municipal de vinculo por tempo indeterminado". Ou seja, seguir-se-á a política de "a cada função permanente deve corresponder um contrato permanente".

De 167 trabalhadores com contratos de trabalho a termo resolutivo (CTTR) que existam no final de 2009, constatamos, da análise do Mapa de Pessoal para 2011, que este número diminuiu para 92, num total de 1569 lugares preenchidos.

Por outro lado, de 143 postos de trabalho por preencher, aponta-se para 42 contratos a termos resolutivo (CTTR), prevendo-se ainda a substituição, no decorrer de 2011, de 21 destes contratos a prazo por efectivos. Os postos de trabalho a termo resolutivo correspondem a necessidades sazonais e de substituição de auxiliares de acção educativa (ao abrigo do protocolo com o Ministério da Educação). Ainda assim, durante o ano de 2011 o Bloco de Esquerda trabalhará no sentido de encontrar as formas adequadas para, não deixando de cumprir a legislação em vigor, propor a diminuição do número de trabalhadores com contratos a prazo.

2. Na área da Habitação Social, na linha 5.2 (pág. 149) será dada prioridade à criação em 2011 do Gabinete de Gestão e Atendimento Social da Divisão de Habitação, consignado por proposta do Bloco de Esquerda na estrutura Organizacional dos Serviços Municipais aprovada em 2010.

3. Ficou ainda consagrado, na linha 5.17 página 128, por proposta do Bloco de Esquerda, que a Câmara contribuirá para a criação de uma "Casa Abrigo" de apoio aos sem-abrigo, a par da execução do Protocolo de Cooperação firmado em finais de 2010 com as entidades aderentes.

4. Na área da Participação Cidadã, será publicada em 2011, a Carta de Princípios das Opções Participativas (linha 6.8, pág. 141).

Ficou ainda consignada na linha 5.24 (pág. 132) e no Orçamento (pág. 176) a verba de 100.000€ em 2011 e 100.000€ em 2012, para obras de conservação/manutenção nas partes comuns dos prédios do Parque Habitacional do Município a aplicar de acordo com a decisão participativa dos moradores.

Consideramos que estas medidas, que foram consensualizadas na fase de elaboração do Plano e Orçamento para 2011, são avanços importantes que abrem caminho para a concretização do processo do Orçamento Participativo em Almada que, como é sabido, é proposta do Bloco de Esquerda há vários anos.

5. O Regulamento de Atribuição de Subsídios ao Movimento Associativo, a aprovar ainda em 2010, será implementado em 2011 (linha 6.18 - pág. 147).

6. Ficou também enfatizado no documento a avaliação/revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão da Câmara Municipal de Almada aprovado em 2010 (linha 7.5 - pág. 154).

7. tendo em consideração que o Orçamento para 2011 é um documento de risco, assente em receitas que podem sofrer cortes e/ou atrasos, nomeadamente as que se prendem com as transferências



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

provenientes do Estado, foi também consensualizado que, independentemente do valor destas e dado o papel essencial do Município na vida de Almada, as seguintes áreas não serão afectadas:

- Manutenção e conservação do Parque Habitacional Municipal
- Fim da precariedade nos quadros da Câmara Municipal de Almada
- Reabilitação urbana;
- Programa Municipal de Acção Social Escolar;
- Apoio a instituições sem fins lucrativos, vocacionadas para a intervenção social.

Há quem defenda o ponto de vista de que em Almada não tem que se falar da política nacional. Consideramos que quem assim pensa ou é ingénuo ou quer tapar o sol com uma peneira e desculpar todos os desmandos do Poder Central que influenciam decisivamente a vida das populações.

As políticas de austeridade vão continuar, mas não são iguais para todos. veja-se como exemplo o PS, PSD e CDS-PP garantiram na Assembleia da Republico que para os bancos e as grandes empresas não há austeridade: podem antecipar o pagamento de dividendos para fugir ao fisco e têm igualmente garantidos benefícios fiscais e isenção de mais-valias bolsistas.

Só na PT, com a venda da Vivo, PS, PSD e CDS-PP garantiram o não pagamento de cerca de 1.100 milhões de euros de imposto sobre as mais valias. O Governo dá o dito por não dito e mesmo depois de afirmar, pelas vozes do Primeiro Ministro e do Ministro das Finanças, que a decisão da PT era "imoral", tratou de garantir o aval parlamentar à imoralidade.

Foi contra esta governação que a maioria dos trabalhadores portugueses parou no dia 24 de Novembro em greve geral. Foi sem dúvida um grande sucesso de luta, com uma participação massiva, a convocação conjunta pelas duas centrais sindicais, CGTP e UGT o que não acontecia há 22 anos. Foi uma forma de luta que reputamos de muito positiva, e que terá certamente novos desenvolvimentos.

O combate a esta política de direita vai continuar em 2011, exigindo novas e inovadoras mobilizações sociais.

É neste contexto que a autarquia assume um papel de grande relevância no combate às consequências destas políticas na vida das pessoas.

Sabemos que há muito trabalho para fazer, e por isso continuaremos a nossa apreciação crítica em relação à gestão da CDU, tendo sempre em conta os interesses de Almada e dos Almadenses, procuraremos seguir sempre a via da crítica construtiva, pois estamos convictos que só nesse caminho será possível encontrar soluções para melhorar a qualidade de vida dos Almadenses.

É convicção do Bloco de Esquerda que, a par de outras que a seu tempo evidenciaremos, a consideração nas Opções do Plano e Orçamento para 2011 de propostas concretas que fizemos, são um contributo importante para minorar os efeitos da crise social e económica junto dos sectores mais desfavorecidos do nosso Concelho.

Assim tal como aconteceu na Câmara, o Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal vota a favor as Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Almada bem como as Opções do Plano dos SMAS e Mapa de Pessoal para o ano 2011.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.2.2.5 - O Sr. Deputado Municipal Manuel Braga (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O contexto que enquadra, que condiciona e que hoje de forma inequívoca forja os documentos hoje em discussão Opções do Plano e Orçamento para 2011, não permite discussões anacrónicas, obrigam a um sentido de responsabilidade elevado e sobretudo devem fazer-nos reflectir sobre o nosso papel enquanto representantes de almadenses como nós. A crise real em que sucessivos Governos de centro/direita, PS, PSD e CDS-PP mergulharam o País torna-se ainda mais séria, pois os seu contornos financeiros mais não são que uma parcela por ventura a mais visível de uma crise sistemática que a todos toca. Proliferação de um povo que sufoca o próprio Estado. Legitimação de negócios pouco claros apelidados de parcerias público privadas. Sucessiva desvalorização, depreciação e fragilização do principal recurso do País que são os trabalhadores. Cristalização de um modelo de reprodução social em que mobilidade vertical se torna quase impossível. Destruição dos mais elementares direitos constitucionais, uma educação para todos, um Sistema Nacional de Saúde Universal. Sucessivos ataques à Função Pública elevando-a a parte do problema e não da solução.

Em Almada, Município do lado certo do Tejo, a crise também ela é real, também ela tem rostos, também ela lança todos os dias homens e mulheres para o desemprego, para a incerteza, para um desespero que também a nós diz respeito. O número de desempregados em Almada ascendia, de acordo com o IFP, a 8256 em Outubro passado. Um crescimento de 14,5% face a Outubro de 2009 e mais 55,1%, do que em Outubro de 2008. E estes números não reflectem a dura realidade do subemprego e do trabalho precário que por responsabilidade directa dos Governos do PS coadjuvados de uma forma cobarde e desculpem de não utilizar aqui qualquer tipo de eufemismo, do PSD, enfermam de forma cada vez mais intensa os almadenses e os portugueses em geral. São mais de 560 mil desempregados. Por este motivo um Orçamento que não abandona os mais pobres, os que necessitam de apoio e simultaneamente investem em Almada e nos almadenses, é um Orçamento válido e que deve ser aprovado. Existem no entanto três aspectos que o Bloco de Esquerda assume como potenciais fragilidades no documento em análise mas que dada a conjuntura actual e o facto de o Estado se demitir cada vez mais das suas responsabilidades sociais, devem ser relativizadas, sobretudo de algum esforço que o executivo camarário assume em áreas complementares.

Formação Profissional, depois do Orçamento para 2010 prever uma quebra de 1,76% face ao Orçamento de 2009, o ano de 2011 implicará um corte homologado de 20,38%, o que se traduzirá mesmo assim num esforço de cerca de noventa mil euros.

Transferências para as Freguesias, já foi aqui aludido. O Orçamento para 2011 prevê uma quebra de 5,81% dos montantes a afectar às Freguesias. Uma contracção sobretudo relevante nas transferências de capital em que este atinge 9,5%. No entanto, mesmo esta quebra necessita de ser enquadrada num cenário em que as transferências do Estado FEF - Fundo de equilíbrio Financeiro, e FSM - Fundo Social Municipal diminuirão pelo menos 8,25% face a 2010. Ou seja, há uma absorção por parte da Câmara Municipal de Almada, pelo choque imposto pelo Orçamento do estado. Investimento do Município a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

quebra das despesas de investimento face a 2010, situar-se-á nos 16,79%. serão menos 5,2 milhões de euros que a Câmara Municipal deverá aplicar no Município e cujo impacto preocupa necessariamente o Bloco de Esquerda.

Mais uma vez num cenário em que as receitas de capital sofreram uma contracção de 24,28% dificilmente se pode exigir mais a um Município que quer se goste do estilo ou não, se assume como um exemplo de sustentabilidade financeira a nível nacional.

Mas o documento que aqui é apresentado evidência um conjunto muito significativo de aspectos que devem ser sublinhados dada a sua relevância. Mesmo num cenário de contracção orçamental que atinge os 10,03%, este Orçamento assume o compromisso de aumentar em 39,9% o apoio aos tecidos sociais mais frágeis e aos almadenses em geral. Passa-se de 3,2 milhões de euros para 4, 48 milhões. E mesmo se, se considerarem as transferências de capital a evolução mantém-se positiva. Um crescimento de 9,06% com perto de seis milhões de euros de apoio. Mesmo num cenário em que os fluxos financeiros ordinários do Estado sofrem uma amputação de 8,25% as Opções do Plano e Orçamento que as suporta assume o compromisso de aumentar as verbas destinadas ao apoio alimentar em mais de 6,6% depois do Orçamento para 2010 complementar nesta mesma rubrica um crescimento de 24,37% face ao Orçamento para 2009. São novas realidades, são novas exigências, são novas respostas que o executivo camarário consegue apresentar. Mesmo num cenário de crescente precariedade dos trabalhadores também na Função Pública, o documento aqui em análise assume o compromisso de reduzir esta realidade na estrutura camarária, assistindo-se a uma contracção das despesas com pessoal precário mais de 32,6% face ao ano passado, o que representa uma manifesta vitória da esquerda em Almada. Mesmo num cenário de austeridade reforçada, mesmo num cenário de profunda descredibilidade das finanças públicas nacionais são diabolizados e transformados como parte do problema e não como a solução, a Câmara Municipal de Almada assume o ónus de provar que é possível conciliar a sustentabilidade financeira com segurança laboral e desenvolvimento sustentado e sustentável. mesmo num cenário marcado por um Orçamento de Estado que corta de forma totalmente discricionária e irresponsável o investimento público nas áreas sociais. As Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2011 assumem o compromisso de manter praticamente inalteradas as verbas destinadas às funções sociais, com uma quebra face ao Orçamento para 2010 de 0,23%, menos cinquenta e sete mil euros. Este é um Plano que prevê uma poupança face a 2010 de 35,5% pouco menos de quinhentos mil euros, nas despesas acessórias como seja publicidade, prémios e demais marketing político. É um primeiro passo importante e que vai ao encontro das exigências colocadas pelo Bloco de Esquerda ao longo dos últimos anos. Uma elevada autonomia face às receitas do betão, cujo valor é de 54,3% inferior ao Orçamentado para 2010, e cuja relevância em termos de receitas correntes, não vai além dos 3,7%, contra os 7,6% em 2010 e 10% em 2009. Estamos na presença de uma mudança de paradigma imobiliário, em que o primado da quantidade tem vindo a ser substituído pelo primado da qualidade e da sustentabilidade. Por este motivo queremos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

acreditar que as rubricas relativas a loteamentos e obra não voltarão a assumir a relevância que já tiveram noutros tempos.

Este é um Orçamento que à escala local procura colmatar o profundo desinvestimento do Estado na Educação em 2011, para as Grandes Opções do Plano prevêem um crescimento de 2,38% das verbas afectas à educação, passando de 7,2 milhões de euros para perto de 7,4 milhões. Este é um Orçamento (...) pelos almadenses que de forma directa garante perto de 60% das receitas correntes, mas também elaborado para os almadenses e com os almadenses. A participação dos cidadãos na vida municipal e nas decisões que lhes dizem respeito em 2011, atingirá um patamar qualitativo muito relevante e que abre as perspectivas para novas formas de participação num futuro próximo. É um Orçamento que oferece garantias reais aos almadenses e que aposta no futuro sem hipotecar o presente.

O Bloco de Esquerda enquanto força de esquerda, enquanto oposição responsável e opção viável, enquanto escolha, enquanto voz critica da Actividade Municipal votará necessariamente de forma favorável os documentos em análise, e lança o repto a todas as forças que votarão contra de encontrar mecanismos alternativos para financiar eventuais propostas que apresentem. Só assim estarão a ser responsáveis e sérios nas vossas posições.

Permitam-me só um pequeno parêntesis, todas as propostas que foram apresentadas até ao momento são zero do lado da receita."

7.2.2.6 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Cumpro hoje a esta Assembleia Municipal, nos termos da legislação aplicável, a apreciação, discussão e aprovação dos Planos de Actividades e Orçamentos da Câmara Municipal e dos SMAS de Almada para o ano de 2011, bem como dos respectivos mapas de pessoal.

Os documentos ora em apreço reflectem um elevado grau de qualidade e rigor de elaboração como, aliás, se exige pela importância que possuem para a vida do Concelho e dos Almadenses, mas que, refira-se, não é novidade pois esta qualidade tem sido uma constante ao longo dos anos.

Porém, o contexto actual do País, e ao qual Almada não é alheia, como é obvio, coloca nestes instrumentos previsionais uma responsabilidade acrescida, à qual, na opinião da bancada da CDU, respondem de forma cabal, fundamentada e competente.

De facto, as medidas preconizadas no Orçamento do Estado para 2011, de redução de transferências para os municípios, agravadas pela que teve lugar já neste ano de 2010, colocam perante a Administração Local no geral, e perante o Município de Almada no particular, o enorme desafio de, mantendo e, até, aumentando, a qualidade do serviço público que presta à sua população, reduzir custos por forma a manter a saudável situação económico financeira que o Município possui e que importa defender.

Alcançar tal desiderato sem por em causa o desenvolvimento das actividades municipais e o cumprimento dos compromissos assumidos a todos os níveis, não será uma tarefa fácil, mas os



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

documentos em análise demonstram a forma corajosa, mas ao mesmo tempo cautelosa e coerente, como se encara esta tarefa em Almada, com a preocupação constante do equilíbrio e consolidação orçamental.

E este equilíbrio é cada vez mais difícil de atingir. O prato da balança das receitas encontra-se cada vez mais leve. A juntar à já referida redução nas transferências do Estado, temos a acentuada redução de receitas próprias decorrentes da situação de crise que o País atravessa.

Ao todo as reduções de receita corrente atingem os 6,3% na CMA, em comparação com o orçamentado para 2010. São 4,3 milhões de euros que podiam, e deveriam, estar a contribuir para o aumento do bem estar dos almadenses e que não estão.

Ainda assim, fica aqui demonstrado que, não obstante as contrariedades, continua a ser possível a libertação de Receitas Correntes, para investimento, no valor de 11,3 milhões de euros, possibilitando, desta forma, a prossecução do ambicioso plano de actividades e de investimentos hoje presente a esta Assembleia.

Nos SMAS o cenário, ainda que difícil, não se apresenta tão negro. Fruto da sua menor diversidade de áreas de intervenção, aliada a uma grande estabilidade de actividade, granjeada durante os já longos 60 anos de trabalho aplicado, competente e eficaz em prol da defesa da água pública, de e para todos, estamos perante um orçamento que, comparativamente com 2010, cresce, ainda que marginalmente.

Mas os desafios que se colocam perante o Município de Almada não se resumem a desafios económico-financeiros. As restrições não são só nas transferências do Estado, não é só a diminuição das receitas próprias, não são só os limites ao endividamento, etc..

As restrições são também a nível funcional, dos serviços.

De facto, as limitações que estão impostas pelo Estado à contratação de pessoal, colocam sérios problemas a um Município onde, e porque não se pretende ficar estagnado no tempo, se continua a apostar no investimento com vista a dotar o território de Almada de novos e melhores equipamentos colectivos mas que, como é evidente, não funcionam por si só — necessitam de pessoas!

Estas limitações, devidamente vertidas nos mapas de pessoal que agora se votarão, colocam perante os serviços uma pressão imensa que terá, seguramente, consequências menos boas que, no nosso entender, seriam evitáveis. Afinal o aumento do número de trabalhadores que advém da entrada em funcionamento de novos equipamentos é, não só, benéfico para as populações que ficam melhor servidas, mas também para a sociedade local já que proporcionam novos postos de trabalho, tão necessários nos tempos conturbados que hoje conhecemos.

Porém, não obstante as vicissitudes, estamos perante documentos que constituem uma afirmação positiva da vontade de todos em continuar a construir um território onde a justiça e a fraternidade são os pontos de ordem.

Documentos onde, para além da continuidade da gestão rigorosa e consistente que é o cunho deste projecto de mais de três décadas, se espelha toda a determinação em servir as populações de Almada cada vez melhor, não abdicando de nenhuma actividade, não fechando nenhuma porta nem nenhum



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

serviço, não descurando os aspectos sociais, tanto internamente, para os trabalhadores, pilar fundamental deste trabalho conjunto, como externamente, para os nosso munícipes, através de políticas inclusivas e de discriminação positiva.

O Município de Almada, desde a instituição do Poder Local Democrático, tem-se pautado por uma gestão competente e coerente. Só devido a este facto é possível, hoje, encarar 2011, todas as suas dificuldades e desafios, com um sentimento de confiança no êxito.

Será um trabalho árduo para todos, eleitos, dirigentes e trabalhadores, mas estamos convictos que, com o empenho de todos, seremos vencedores."

7.2.2.7 - A Sr.^a Deputada Municipal Elizabete Pereira (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Gostaria de abordar alguns aspectos das Opções do Plano e Orçamento para a Cultura, Desporto, Solidariedade e Segurança, inscritos no eixo 5.

Da análise efectuada, verificamos que as Opções do Plano e Orçamento são reveladoras de uma grande preocupação com as populações do nosso Concelho.

Preocupações com o bem-estar social, com o direito a uma vida mais digna, o acesso à Cultura, ao Desporto, à Educação e Formação, vectores essenciais à construção e crescimento do Ser Humano.

Mas esta análise não pode passar ao lado das medidas económicas tomadas por este Governo quando retira 100 milhões de euros aos Municípios, em nome de um Programa de Estabilidade e Crescimento, estrangulando o financiamento municipal e, por consequência, a vida de todos aqueles que nascem, crescem, vivem e envelhecem neste e em outros Concelhos deste País. E mais grave se torna a situação, quando se anuncia na proposta de Orçamento de Estado para 2011, uma redução nas receitas municipais em 227 milhões de euros, comparativamente ao orçamento de 2010.

Não podemos, também, passar ao lado da grande recessão económica vivida no País, onde o desemprego aumenta todos os dias, a pobreza toma dimensões cada vez mais preocupantes, os serviços públicos encerram e a necessidade de apoio nas várias dimensões humanas irrompe pelos mais variados lares.

O Município de Almada preocupou-se em garantir os direitos dos trabalhadores, o cumprimento dos compromissos assumidos com a sua população, propondo-se dar continuidade à política de desenvolvimento local, consciente das dificuldades emergentes por força da redução do financiamento do Estado ao Poder Local. Trata-se de um Plano extremamente equilibrado e de possível concretização, fruto de uma gestão orçamental sólida construída ao longo de vários anos.

Apesar dos fortes constrangimentos económicos, resultantes de opções políticas do Governo, em sede de O.E para 2011 apoiado pelo PSD, de desrespeito da Lei das Finanças Locais e das competências do Poder Local Democrático, este Plano mantém propostas, que visam minorar os efeitos do crescimento da pobreza e exclusão social e a promoção da igualdade de oportunidades entre cidadãos. Esta é uma dimensão de relevo, visto imensas famílias do nosso Concelho, serem afectadas pelo desemprego, corte nos salários, subsídios, reformas e pensões.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

É o garante de solidariedade para a integração, inclusão, em suma para a defesa plena da cidadania. Um exemplo de relevo e extrema importância é o apoio alimentar gratuito a todas as crianças que frequentam as escolas públicas do ensino pré-escolar e do 1º e 2º ciclo do ensino básico, assim como o alargamento do parque escolar. Pretende-se o acesso de todas as crianças à educação, combatendo a desigualdade de oportunidades. Na realidade a escolaridade obrigatória e gratuita é um direito de todas as crianças e jovens, consubstanciado na Constituição da República. No entanto, a falta de recursos económicos das famílias para a aquisição dos materiais escolares, pagamento de refeições e transporte, conduzem cada vez mais a população carenciada à exclusão e desigualdade social.

A educação, a formação, o acesso à cultura, ao desporto, à participação activa de todos na sociedade, são viabilizadas neste Plano, através dos mais variados apoios e incentivos às Instituições, Associações, Colectividades, e outros organismos ligados à cultura e desporto deste Concelho. Há continuidade dos programas de dinamização sócio-cultural e recreativa de Almada, de forma a melhorar a vida de quem vive, trabalha e estuda no Concelho.

Mas as preocupações com as populações e com o desenvolvimento de Almada não se esgotam aqui. Projecta-se construir, melhorar, transformar. Citemos por exemplo, a reabilitação, construção e preservação de património material e imaterial do concelho, já projectados para o futuro. A construção da futura Biblioteca do Fróis/Caparica, o alargamento da Rede e Infra-estrutura Desportivas Municipais, a construção da Piscina no Parque Fróis/Caparica, entre outros. É de realçar ainda, nas grandes Opções do Plano a Recuperação e Conservação Habitacional, em particular as dos Bairros Camarários. Trata-se de Opções Participativas nas quais são envolvidos os inquilinos nas decisões a tomar sobre as partes comuns dos prédios, reveladoras de uma preocupação constante com o envolvimento de todos os munícipes na vida do Concelho.

Por tudo isto valorizamos este Plano que propõe manter as linhas essenciais que permitem dar continuidade ao Projecto que tem vindo a ser construído pela CDU para o desenvolvimento de Almada e para a melhoria das condições de vida dos Almadenses."

7.2.2.8 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Partilhamos e apreciamos agora o documento das Opções do Plano e Orçamento do Município para 2011. Poderíamos à semelhança das notas introdutórias deste documento, fundamentar a nossa intervenção política à luz dos considerandos baseados na actual época de incerteza, angústia e grandes restrições no acesso aos recursos mais básicos da nossa cidadania. Poderíamos partilhar e até acentuar o caminho incerto em que nos encontramos na governação do País. Fruto de erros e lesões técnico políticas quase sempre sustentadas em pareceres ditos independentes branqueando estratégias menos claras e tácticas enviesadas. Poderíamos partir de fundamentos políticos ideológicos, para argumentar sobre o muito que nos separa e quase sempre nos divide. Poderíamos porque nos assiste a defesa e o debate político e de políticas por via do voto político que os nossos concidadãos nos depositaram. Poderíamos. Mas vamos focar-nos em metas, objectivos, resultados, enfim aquilo que no



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

final do dia afecta o almadense, a limpeza, o acesso à educação, a qualidade urbana, a mobilidade, a segurança, a dinamização económica e o ambiente.

Transitam na estratégia política apresentada os sete eixos do desenvolvimento e enquadram as cento e trinta e quatro linhas de orientação e porque não referir vinte e sete reivindicações ao Governo central. Regozijamo-nos pelo continuar de investimento em infra-estruturas na educação básica, apoiamos o esforço em políticas de apoio social, nomeadamente o social escolar, na manutenção à cobertura das necessidades básicas dos agregados familiares. Defendemos o acesso à cultura, proporcionada pelos diferentes programas municipais, na medida do interesse e da exigência do tecido social em que nos inserimos. Dificilmente compreendemos em especial no contexto actual que não existe uma linha programática alusiva ao ano europeu do voluntariado, sabemos que o voluntariado não se cria, exerce-se. Sabemos que o voluntariado não se decreta exerce-se nos actos e nos seus frutos. É também das causas quotidianas que devemos fazer as nossas políticas, na cidadania e no voluntariado. Olhemos para os exemplos que nos rodeiam, a maior superfície comercial do nosso Concelho transformou nesta quadra natalícia a sua actividade de divulgação comercial num acto de apoio a uma instituição. Podemos achar que cada um toma as acções nos fins a que se destinam, uns políticos e públicos, outros privados. Mas a criatividade e a inovação na acção exerce-se transversalmente.

Nesse conteúdo e referencial o actual documento é raro em acções.

Poderíamos certamente encontrar nas verbas adstritas às nossas IPSS's nas redes de parceria local ou nos fóruns de encontro de ideias, alguns desses actos ditos de contribuição para dinamização de voluntariado. Poderíamos, mas a mensagem do Município nos actos de voluntariado e comunidade podem e devem ser mais explícitos, motivadores e facilitadores. Nesse Capitulo também os desígnios da responsabilidade corporativa social das empresas podem dar o seu contributo em parceria. O Orçamento em linha com o histórico por nós conhecido, mas cuja informação comparativa que não existe, poderia enriquecer este documento, tem como linhas mestras o exercício da continuidade dos números, a real saudável transferência de receitas correntes para despesas de capital, o desejável mas cada vez mais difícil equilíbrio financeiro, a condenável baixa orçamentação a políticas e investimentos reprodutores. Pergunta-se, fala o documento no centro terciário da Cova da Piedade e onde ficou o Centro terciário da Charneca? A nova centralidade na Alameda Amália Rodrigues? Consomem-se esforços no projecto do Hotel no Centro Sul, quando na Costa da Caparica um terreno para o mesmo efeito continua deserto de compradores.

Em 28 de Abril de 2008, o PSD antes da entrada em circulação do MST propôs nesta Assembleia um conjunto de medidas que visavam a dinamização comercial do eixo central de Almada, rapidamente chumbada pela bancada da CDU. Há um ano e meio propusemos, em linha com o desejo da população, a necessidade de reabilitação e requalificação das diferentes estradas municipais à semelhança das diferentes Moções aprovadas na altura que reclamavam a repavimentação do IC 20 às Estradas de Portugal. O IC20 está praticamente repavimentado, no entanto as nossas estradas municipais do Vale da Sobreda à Nacional 377 estão em condições ridiculamente degradadas. Estes



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

são apenas dois exemplos do exercício de política que fazemos. Também ele em sede de discussão deste documento que irá reger a nossa vivência no próximo ano. Fixamos a discussão em medidas concretas em tempo e no tempo concreto. Do Orçamento e Plano emanarão as acções sobre as quais iremos exercer a nossa função deliberativa. Dele sairá em 2011 na opinião do PSD e na generalidade um documento recorrente de conteúdos teimosamente inócuos para o real desenvolvimento em qualidade do nosso Concelho. Insistimos ano após ano na necessidade de medir os objectivos a que este documento de gestão se propõe. Se queremos dinamizar o Comércio em Almada Centro, então devemos medir o número de empresas criadas, empregos criados, para assim avaliar das políticas decididas. Se pretendemos incentivar a criação de indústrias de base tecnológica, então devemos medir o valor acrescentado bruto criado, num dado período de tempo. Se queremos melhorar a mobilidade então deveremos formular inquéritos de avaliação específicos e periódicos aos nossos concidadãos. Minhas Srs.^{as} e meus Srs., o ano de 2011 também ele Ano Internacional da Floresta e questões ideológicas à parte, vai-nos exigir apertar os laços da solidariedade, da cidadania e do voluntariado. Almada tem neste âmbito provas históricas dadas e lições que devemos reaprender. O povo de Almada precisa de todos nós e destes laços. Nós e os laços, permitam-me, podemos sem cegueiras ideológicas ortodoxas contribuir para elevar a qualidade de vida no nosso Concelho, assim a maioria local conseguisse ler para lá da cor das bandeiras. Aproveitar também esta minha intervenção para desejar aos SMAS e aos seus trabalhadores no ano que se avizinha, os parabéns pelo seu sexagenário."

7.2.2.9 - A Sr.^a Deputada Municipal Cristina Coelho (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Estamos hoje em Assembleia Municipal a discutir a proposta já aprovada em Sessão de Câmara, de Grandes Opções do Plano para a Almada no que concerne ao ano de 2011.

Deparamo-nos com um ano que previsivelmente será difícil, francamente difícil, para todos: instituições, famílias e população geral. A este facto não é alheia a proposta em discussão; temos em mãos uma proposta que não enjeita, mas sim contempla o cenário de dificuldades e constrangimentos, sobretudo de ordem financeira, que o nosso país atravessa. No entanto, importa sublinhar que, devido à gestão rigorosa e cautelosa que baliza o trabalho autárquico no Concelho de Almada, este é um plano de trabalho que, mesmo em situação de crise, permite acautelar o presente, garantir o futuro e desenvolver trabalho de qualidade em prol das populações.

Porque, mesmo em situação de crise, este Município não baixa os braços, prossegue com a luta, perspectivando intervenções que elevarão ainda mais a qualidade de vida no nosso Concelho. São disso exemplo, no âmbito do eixo da Renovação Urbana e Desenvolvimento Económico, as medidas previstas para a Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Cacilhas, freguesia onde nos encontramos hoje nesta sessão a Assembleia Municipal, e cuja fase de discussão pública se iniciou no dia 17 de Dezembro e decorre até 17 de Janeiro de 2011. Cacilhas é, desta forma, a primeira freguesia a nível nacional, a ter uma ARU. Este é um programa que visa a reabilitação de edifícios degradados através do qual os proprietários poderão candidatar-se a participações financeiras para obras de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

requalificação de edifícios e simultaneamente beneficiar de isenções fiscais. Pretende-se também incentivar o arrendamento, atrair, para esta zona, mais jovens, actividade económica e, desta forma, dar vida urbana qualificada à cidade. Esta será a primeira ARU do nosso Concelho; no entanto, mais estão previstas para o ano de 2011, com especial incidência e prioridade junto dos centros históricos.

Outra medida de relevo que importa salientar, são os estudos de remate urbano, dos quais o primeiro foi já aprovado para a Cova da Piedade e que, neste caso em concreto, incide sobre os edifícios degradados da freguesia. Estamos a falar de um programa de renovação urbana, que implica uma profunda análise e caracterização do contexto urbano destas situações, para posterior intervenção; admitindo-se recuperações do edificado, ampliações ou substituições de acordo com as características das construções existente no local e/ou do conjunto. Estão previstas mais operações desta natureza para 2011, com vista a proceder a remates urbanos que visam demolir (quando necessário) o edificado em ruína que não apresenta qualquer condição de reabilitação ou recuperação.

Estas acções, entre outras, materializam um conjunto de medidas que visam cuidar e requalificar a cidade em que hoje vivemos. No entanto, e apesar de ser de grande importância cuidar, manter e requalificar o existente, simultaneamente pensa-se e projecta-se o futuro. E apesar da situação difícil que o País e os Municípios atravessam, Almada viu vários projectos do QREN serem aprovados, projectos esses que irá concretizar, e dos quais importa destacar o de “Almada Poente” — projecto no âmbito do novo Centro Cívico do Fróis — que criará uma nova centralidade na Freguesia da Caparica, com a construção de novos equipamentos como uma piscina e uma biblioteca. Estes novos equipamentos serão ligados territorialmente pelo novo Parque Urbano do Fróis, gerando também, desta forma, uma nova área de lazer.

Estes são elementos que em muito contribuirão para a melhoria do espaço urbano, da qualidade ambiental e paisagística do Concelho de Almada.

No que diz respeito ao eixo 2 — Ambiente, Biodiversidade e Energia — o Concelho de Almada é já uma referência no que concerne ao seu trabalho relacionado com as questões ambientais, mas a CDU gostaria de salientar duas medidas pioneiras que serão levadas a cabo durante o ano de 2011 pelo executivo municipal nesta matéria. A primeira prende-se com o desenvolvimento de um programa para a criação de um viveiro de plantas com espécies do cordão dunar litoral do nosso Concelho, realizando experiências piloto neste domínio através do estabelecimento de parcerias institucionais. Infelizmente, a maioria destas espécies, assim como outras da nossa flora mediterrânea ou atlântica, não são produzidas em viveiros portugueses e estão sub representadas nos bancos de sementes, não sendo frequentemente possível encontrá-las quando é necessário proceder a repovoamentos. Outra medida, talvez de pouca visibilidade na sua materialização, mas de grande relevo no que concerne às preocupações inerentes à problemática do aquecimento global é o desenvolvimento da Carta de Vulnerabilidades do Concelho de Almada que se enquadra nos trabalhos para a Estratégia Local para as Alterações Climáticas.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Para a CDU, alguns dos elementos referidos ao longo desta intervenção são exemplificativos de como, apesar dos sucessivos PEC's e dos cortes orçamentais aos municípios portugueses, Almada não abandonará o seu objectivo central de aprofundar o desenvolvimento do nosso Concelho, causa maior que está patente no documento em apreciação de Grandes Opções do Plano para 2011."

7.2.2.10 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas para um pedido de esclarecimento ao Executivo e é relativamente a um ponto nas Opções do Plano. E já houve pelo menos duas intervenções da CDU, portanto da maioria na Câmara Municipal, que fala em exclusão, solidariedade, combater a desigualdade, construir, melhorar, recuperação habitacional e qualidade de vida. Nós gostaríamos então de saber neste caso se e quando falamos novamente e é apresentado no Plano como a salvaguarda e a continuidade da intervenção nas AUGIS, nós voltamos a questionar e eu gostaria de ouvir do Executivo, nomeadamente da Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Almada se tendo em conta todas estas palavras que foram aqui ditas dos Deputados Municipais da CDU, se finalmente em 2011, se está contemplado toda esta solidariedade, combater a desigualdade, construir melhor, recuperação habitacional e qualidade de vida dos habitantes do Vale da Sobreda. Novamente vimos aqui solicitar essa situação visto que não compreendemos porque existem, vai existir reabilitações em Cacilhas, Almada Velha e o Vale da Sobreda continua na mesma. Gostaríamos então de ouvir da Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Almada se os habitantes do Vale da Sobreda podem finalmente ficar descansados que a partir do ano de 2011 contemplado aqui no Plano quando fala das AUGIS se está contemplado também o Vale da Sobreda, era só isto."

7.2.2.11 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Salvado (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Venho fazer dois breves comentários às Opções do Plano para 2011. Na introdução dá-se um destaque à promoção do Comércio Tradicional. Na síntese do eixo 3 diz-se ao dar-se novamente um destaque para espaços públicos qualificados atractivos, multifuncionais privilegiam a escala humana e retomam a ideia de Rua e de Bairro. Já muito falámos aqui de comércio tradicional, já muito falámos aqui dos problemas que o comércio tradicional atravessa, já muito falámos aqui de factores externos a esses mesmos problemas, mas vamos à concretização, vamos ver aquilo que a Câmara propõe na linha 1.12. para precisamente arranjar soluções e dar corpo a este destaque que está tão bem patente logo na introdução e na síntese do eixo 3. E que práticas e que actividades é que a Câmara propõe para que o comércio tradicional em Almada seja algo visível, seja algo com mais poder, seja algo que faça parte do ideário da Câmara para este Concelho. E temos nada mais, nada menos que algumas actividades que assentam na ideia de vitrinas e de montras, actividades que assentam na ideia de animações, pois é, mas são animações pontuais. Provavelmente nesta matéria não haverá mesmo mais nada a fazer, porque aquilo que foi feito é fatal e é fatal porque impõe um estilo de vida e já aqui hoje essa nota foi dada. Impõe um estilo de vida que não é o da maioria dos Municípios do Concelho de Almada. Impor um



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

estilo de vida basicamente é ter uma atitude não diria autoritária mas ter uma atitude que, enfim não concede às pessoas a ideia de escolherem, a possibilidade de escolherem o seu modo de vida. Enfim é o primeiro comentário que este Plano me leva a fazer.

Segundo comentário. O Plano vive de uma raridade e de uma ausência de pensamento estratégico no âmbito das políticas locais para deficiência. Isso percebe-se claramente pela ausência de quaisquer matérias em todos os eixos excepto precisamente no eixo da solidariedade, pois é, já vamos ver porquê este eixo da solidariedade, para poder falar das políticas locais para a deficiência. Vamos dar exemplos onde é que essas questões e essas políticas poderiam ser introduzidas. Na produção do espaço público, nas questões que dizem respeito ao atendimento municipal, nos serviços online, no desporto, pois bem, em nenhuma destas matérias há algo a dizer para as pessoas com deficiência. Mas dizia a Sr.^a Presidente de Câmara na quinta-feira que a Câmara já tinha dado mostras do seu papel e da sua preocupação e do seu avanço nesta área e finalmente chegamos ao eixo 5, onde de facto encontramos uma linha dedicada ao tal Plano de Promoção da Acessibilidade do Fundo Social Europeu, enfim o POPH, porque o Fundo Social Europeu será uma outra coisa bem mais abstracta que é nacional e que é Programa Operacional Potencial Humano.

Em primeiro lugar o entendimento que a Câmara dá precisamente a este tópico, ao tópico e ao tema das pessoas com deficiência, é para ser colocado no eixo da solidariedade, pois é Sr.^a Presidente de Câmara, as pessoas com deficiência não precisam só de solidariedade, não precisam de ser vistas como os coitadinhos para quem nós vamos arranjar aqui uma medidinha apropriada para termos alguma coisa a dizer para eles. Não, este Plano deveria dar na sua ideia transversal uma atenção privilegiada e não apenas específica num sítio muito bem arrumadinho às pessoas com deficiência. Porque desculpar-se pela existência do grupo concelhio para a deficiência, já não vale mais a pena. O que é que esse grupo faz mesmo? É uma daquelas coisas para inglês ver, e pela falta precisamente de estratégia nesta área, pouco sumo há-de ter este grupo concelhio, mas enfim é o que esta Câmara nos pode dar."

7.2.2.12 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Pinheiro (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu se calhar agora vou destoar um bocadinho da minha colega de bancada Ana Salvado, e se calhar fazia, ia dizer que houve alguma coisa que me agradou nestas intervenções e neste Plano e houve alguma coisa que me agradou e daquelas que me põe os olhos a brilhar na intervenção da Sr.^a Presidente da Câmara, foi quando relacionou a recuperação do Património com a reabilitação urbana. Eu penso que é um aspecto prioritário neste Concelho. E também devo dizer que também gostei muito de ouvir que tinha os almadenses no centro das suas prioridades. Mas, e há um mas, parece-me ser difícil neste momento pensar-se em reabilitação urbana e a reabilitação urbana em Almada, quando não se reconhece sequer que existe um problema. Ou seja, vemos o centro de Almada em decadência, é uma decadência que é referida por toda a gente, é uma decadência que é tão perceptível que eu tenho tido crianças de 12 anos a pedirem-me entrevistas para fazerem trabalhos para a área de projecto



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

porque eles próprios sentem que têm essa percepção, portanto crianças de 12 anos têm essa percepção, e parece-me que essa percepção passa ao lado da Câmara Municipal de Almada. Também parece-me um pouco estranho, o que se diz de que tudo isso se deve às políticas do Governo, enfim por aí fora. É evidente que existe uma componente nesta crise, uma componente que não é local. Não há dúvida sobre isso, a crise em que vivemos é uma crise real, é uma crise que não é só nacional, é uma crise internacional, é uma crise que me parece ser inegável e que enfim afecta de uma maneira bastante importante todos os países desenvolvidos enfim, e que nalguns sítios provavelmente se fossemos a Detroit veríamos uma situação de decadência pior do que a de Almada determinada pela falência das grandes indústrias que aí existiam e muitas já não existem.

Agora, e por exemplo eu apreciei na última Sessão a intervenção do Sr. Deputado Bruno Dias, foi uma intervenção inteligente, coerente, mas que falha neste aspecto, falha no aspecto de não perceber que há uma componente local, uma componente em que esta Câmara Municipal, poder autárquico pode intervir em relação a essa crise para o centro de Almada. Eu devo dizer que passei toda a minha infância no centro de Almada, uma boa parte da minha vida adulta, que toda a gente me conhece ali, que eu conheço toda a gente, que todos os comerciantes me conheciam, actualmente muitas vezes são os filhos, e aquilo que me dizem é simples, neste momento, enfim varia de sector para sector, tenho uma redução de cerca de sessenta por cento de volume de negócios, 60%. Eu falo com outras pessoas, portanto estas pessoas falam com outras pessoas, no mesmo ramo, noutros sítios e dizem que a redução será de 30%. Portanto, provavelmente temos aqui uma redução de 30% devido a factores locais, como é evidente também varia de sector para sector, como é evidente também encontramos lojas a fechar no Almada Fórum, encontramos lojas a fechar em Nova York, em Tóquio, em Buenos Aires, em São Paulo, em Sidney, onde quer que seja. Encontramos também negócios a prosperar em todos esses sítios, agora, negócios novos a prosperar em Almada, no centro de Almada sinceramente eu não conheço. Acredito que existem, mas eu não conheço.

Outra questão que penso, poderemos ter uma reabilitação em Almada quando percebermos que existe um problema e quando o quisermos atacar de frente. Eu devo dizer que fiz ontem à noite a experiência que ainda não tinha feito, em transgressão atravessei o Centro de Almada, devo dizer que uma pessoa que não soubesse que não tinha trânsito passaria nas calmas, porque às tantas aparece um sinal de proibido, mas continua a haver carros estacionados, portanto foi à noite, havia pouco movimento e que enfim, comprei um todo o terreno quando foi as obras do metro, porque o outro carro tinha alguma dificuldade a passar pelas ruas e não tive assim muitas dificuldades desse ponto de vista, mas às vezes eu não sabia muito bem por onde é que os carros deviam andar e por onde é que eram os peões. Agora, ponho a questão para a população do Centro de Almada, para os idosos do Centro de Almada e também nos ajuda a perceber porque é que em tantas cidades as ruas pedonais florescem enquanto ruas comerciais e no Centro de Almada as ruas pedonais fenecem enquanto ruas comerciais. É porque as ruas pedonais são espaços em que os peões se sentem seguros e protegidos, e que podem atravessar de um lado para o outro e deslocar-se à vontade, e no Centro de Almada não é isso que se



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

passa. No Centro de Almada as ruas não são pedonais, são pertencente pedonais e tem as desvantagens do pedonal que não podem passar os carros, tem as desvantagens das ruas não pedonais em que as pessoas se sentem inseguras.

A outra questão que eu queria falar era da história, da requalificação e do património. Devo dizer que acho que o histórico da Câmara de Almada desse ponto de vista é muito mau. E vou dar aqui um exemplo de um livro publicado em Espanha pela Fundação da Endesa, sobre a electricidade e sobre a indústria do carvão, e está aqui um objecto que eles consideraram interessante do ponto de vista europeu. Que tinham alguma dificuldade em encontrar algum objecto deste tipo. Pois bem, este objecto estava aqui a vinte metros e esta fotografia é minha, fui eu que a tirei, portanto sem condições quando foi tirada, e sei quando voltei lá, já lá não estava. Ou seja, foi destruído e era um objecto interessante e importante do ponto de vista do património industrial aqui deste Concelho. Foi destruído pelas obras do Metro para fazer um parque de estacionamento. Vejo também aqui um livro, enfim não conheço nenhuma autoridade maior em história e em história local do que a pessoa que fez este livro, que é Professora Catedrática do ISCTE, nascida aqui neste lugar da Margueira e em que fala precisamente da destruições da zona do Cabo da Vila, zona de retiros, onde estava o Pancão e onde a Câmara tanto se orgulha de ter, enfim revertido os efeitos da Revolução Liberal, aliás o único acontecimento com importância histórica nacional que aconteceu aqui neste Concelho. Queria só terminar desejando a todos um Bom Natal, um Feliz Ano Novo."

7.2.2.13 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias (CDU)

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós ouvimos aqui uma intervenção do grupo de eleitos municipais do PSD pela voz do Sr. Deputado Municipal António Salgueiro que falou no desemprego, nos problemas sociais e económicos e se bem entendi na necessidade de apostar no investimento para fazer face a esta situação e para "puxar pela economia". Se quiséssemos puxar pela vertente mais irónica diríamos que esta é uma preocupação, de apostar no investimento, que é muito interessante tendo em conta aquilo que é a política nacional do PS e do PSD e o que foram as orientações que foram por estes dois partidos consagrados no Orçamento de Estado, e portanto há aqui uma dualidade de critérios entre, mais uma vez, acontece muitas vezes, acontece há muitos anos, entre aquilo que se afirma nas esferas nacionais e no Poder Central e depois aquilo que se defende ao nível local. Mas pondo de parte esta dualidade de critérios, eu quero dizer que pelo menos desta vertente e quando assim falam, falam bem. Porque se há dois discursos contraditórios, nós quando ouvimos este dizemos que é verdadeiro, porque é uma preocupação justíssima e acertada e é aquilo que nós defendemos e exigimos seja para o Concelho de Almada, seja para o País. E desse ponto de vista nós consideramos que aquilo que é dito aqui, devia ser dito e praticado a nível nacional. Nas palavras e nos actos devia ser seguido este exemplo, nós consideramos que ao lermos o documento para as Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento que é sobre isso que eu gostaria de falar é isso que encontramos, é uma opção de apostar no investimento e neste caso uma opção de dinamizar a actividade económica infra-



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

estruturando o Concelho e promovendo a qualidade de vida das populações do Concelho. E consideramos que isto é importante e deve ser valorizado, porque embora o que nós vejamos a nível nacional com aquela frase que como um camarada meu dizia ainda recentemente, com aquela frase mágica de não há dinheiro, é um bocado a palavra passe para justificar tudo o que se possa fazer e todas as barbaridades do ponto de vista económico que se têm feito no nosso País penalizando a população e os trabalhadores e o povo. Aquilo que nós em Almada verificamos que se aponta, que se tem feito e que se prossegue é exactamente uma opção diferente de não há dinheiro, vamos buscá-lo onde ele está, vamos encontrar sustentabilidade económico-financeira e apostar no investimento para melhorar a qualidade de vida e ampliar a rede, aumentar a capacidade instalada, melhorar a qualidade do serviço e é isso que nós verificamos nos SMAS. Novos furos de captação, novas condutas adutoras, a reabilitação e a renovação de redes de abastecimento, a consolidação e o avanço na modernização tecnológica e de que são exemplo e já se falou nesta Sessão Plenária noutra noite pelas piores razões na questão da telegestão que entra agora na terceira fase da telegestão, o balcão digital do ponto de vista administrativo, a desmaterialização de processos, criando mais eficácia, criando melhores serviços e até melhorando a relação com o ambiente e diminuindo os impactes ambientais da actividade, mas também com o planeamento e a preparação do novo laboratório de água. De destacar ainda a renovação de redes e lançamento de novas empreitadas, designadamente nas Freguesias de Almada, aqui em Cacilhas, na Freguesia de Caparica, na Freguesia da Charneca de Caparica, designadamente o Emissário Doméstico da Vala do Foz do Rego, ou da nova Estação Elevatória na Freguesia da Charneca. Estamos a falar de projectos de grande impacto e de grande investimento, mas que se podem acrescentar por exemplo o caso do arranque da obra da Quinta da Bomba com um investimento plurianual de perto de dez milhões de euros, que é citado no documento que é apresentado, mas também com a pequena obra que prossegue, que garante a manutenção a beneficiação, a renovação constante de uma rede que é solicitada e confrontada diariamente com a exigência de uma cidade que se consolida que tem desafios novos num serviço e numa rede que enquanto entidade administrativa própria e enquanto serviço municipalizado já existe, funciona e trabalha neste Concelho faz agora sessenta anos, e isto é assinalável e é algo que devemos valorizar. Prosseguir e aumentar o investimento em termos significativos, reforçar e consolidar a infra-estrutura e a qualidade do serviço, manter um tarifário acessível para a população e não aumentar o preço da água pelo terceiro ano consecutivo, isto que se perspectiva para 2011 nos SMAS de Almada para alguns na teoria poderia parecer um milagre, poderia parecer ficção, poderia parecer uma fantasia, particularmente nos tempos que correm. Porque a Sacrossanta frase do não há dinheiro, justifica exactamente as políticas contrárias a este tipo de preocupação e a este tipo de orientação estratégica para a gestão. E quando nós verificamos que não é uma ficção, não é uma fantasia, não é um milagre, é o trabalho concreto de homens e mulheres concretos num serviço público que é verdadeiramente digno desse nome, então verificamos que há uma alternativa em termos políticos. Do ponto de vista da orientação estratégica, do ponto de vista da opção política, do ponto de vista de uma política diferente e de uma forma diferente de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

estar na política, nós verificamos que quando se avança nas discussões na defesa do investimento público, do serviço público, do emprego com direitos, nós estamos a falar de algo concreto que pode ser feito e que em Almada está a ser feito. Nós temos no documento uma referência sobre a intervenção da ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, nós temos ai nota de uma proposta desta entidade do Poder Central cuja concretização implicaria uma subida dos preços da água que iria dos 19 aos 42% no tarifário a nível nacional. E isto é algo que claramente abre o caminho para transformar a água de um direito para um negócio, e é isso que em Almada nós não aceitamos. E é por não aceitarmos essas lógicas que temos este tipo de orientação estratégica e este tipo de gestão nos Serviços Municipalizados e no serviço público em Almada. Entre vários exemplos do que nós temos por esse País fora, refira-se o da empresa Águas da Região de Aveiro com dez Municípios a participar e controlada pela Águas de Portugal, que definiu uma tarifa que é simplesmente de dois euros e oitenta e três cêntimos por metro cúbico, valor que representa mais do dobro da tarifa nacional a qual os Municípios aderentes se obrigaram a aplicar até 2014 e que teve como consequência imediata, já o aumento brutal dos preços de água. Isto é o mesmo País Srs. Deputados Municipais, são políticas diferentes. O País é o mesmo, é uma questão de opção política. Em Lisboa é anunciada a decisão e o negócio da Câmara com a EPAL, anunciando a concessão dos serviços de saneamento que na verdade é a venda de infra-estruturas municipais por cem milhões de euros, pela transferência de receitas municipais à taxa de conservação e tarifa de saneamento para a EPAL por cinquenta milhões por ano. Isto são grandes negócios Srs. Deputados Municipais. Em Almada a estratégia é diferente e a opção é diferente. A defesa do serviço público, a promoção do investimento público, a salvaguarda do interesse das populações e da qualidade de vida, tudo isto é possível, não só apesar do contexto da crise, mas precisamente porque ganha ainda mais força e mais necessidade por estarmos em contexto de crise, porque esta é a estratégia necessária para enfrentar e combater a crise económica o desemprego, as dificuldades da população. Não é aumentando o preço da água, não é privatizando e criando PP's parcerias e fazendo negócios altamente atractivos para os grupos económicos. Sr.ªs e Srs. Deputados Municipais, eu termino dizendo que com a perspectiva de investimento, de aposta na qualidade do serviço, de promoção e também de defesa do emprego com direitos ao contrário e ao arrepio daquilo que se verifica nas Opções do Poder Central por uma parceria Orçamental PS/PSD também em si na prática com esta gestão e com esta estratégia se pode demonstrar que é possível trabalhar e resistir todos os dias para uma transformação deste nosso País."

7.2.2.14 - O Sr. Deputado Municipal José Augusto Oliveira (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Vou iniciar a minha intervenção com uma saudação. Uma saudação à Câmara Municipal e aos Serviços Municipalizados pela forma como os documentos referentes às Opções do Plano para 2011 estão estruturados. Quer pela clareza, quer pela objectividade que os norteia ao cumprimento do Programa Eleitoral que o povo de Almada sufragou para a gestão autárquica do Concelho. Da análise aos referidos documentos, é com satisfação que verificamos uma continuidade marcante quer nas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

preocupações, quer no aprofundar uma visão estratégica para o desenvolvimento do Concelho como parte integrada num projecto autárquico articulado e harmonioso cujo objectivo central é contribuir no âmbito das suas atribuições e competências para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida das populações. A informação e participação dos cidadãos enquanto factor estratégico essencial para o desenvolvimento do Concelho serão asseguradas, garantindo-se as condições para que se registre a mais ampla participação nos processos de gestão municipal. Estão assim bem patentes o entendimento e a prática da gestão da CDU no que concerne a uma política de valorização e defesa dos serviços públicos. Neste quadro importa salientar a continuidade dos projectos Almada Informa e o atendimento municipal multicanal que face à pretensão inscrita nas Opções do Plano em dotá-los de novos recursos tecnológicos, bem como modernizar e actualizar os vários sítios municipais com novos conteúdos informativos e serviços online, assegurará estamos certos o posicionamento do Município de Almada entre os melhores do País em termos de acessibilidade à informação digital.

Nas Opções do Plano para 2011 a motivação dos trabalhadores e a dignificação do trabalho são pilares essenciais para a prestação do serviço público eficiente e de qualidade aos cidadãos. No qual a valorização dos direitos estão inscritos e amplamente consagrados, quer no aprofundar das competências pessoais e profissionais dos trabalhadores, quer na ligação e no diálogo com as suas organizações representativas. Neste âmbito importa registar o prosseguimento com o apoio social aos trabalhadores da autarquia e suas famílias, o desenvolvimento do programa de prevenção dos riscos funcionais e de promoção de capacidade funcional para o trabalho, bem como as acções na área da saúde ocupacional e o suporte de apoio ao funcionamento da comissão e subcomissões de saúde, segurança e bem estar no trabalho. Afirmando-se a opção política e um rumo bem diferente do que tem sido seguido ao nível central pelos executantes da política de direita, verdadeiros responsáveis pela precarização e a desvalorização do trabalho, o ataque e destruição dos serviços públicos, as privatizações a saldo de sectores essenciais da economia e com o ataque aos trabalhadores e às suas estruturas representativas, os Governos do PS, PSD e CDS-PP, conduziram o País, os trabalhadores e o povo à situação terrível e miserável que hoje se vive.

Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais, há na autarquia de Almada uma preocupação constante com os serviços públicos prestados à população com a segurança e a estabilidade no emprego, com os direitos e a formação dos seu trabalhadores, valorizando o seu contributo, traço relevante do Poder Autárquico e da CDU e do qual nos orgulhamos. A acção do Poder Local em Almada é sim exemplo, exemplo demonstrativo pela acção prática de que é possível e vale a pena defender e qualificar o serviço público e os trabalhadores, e assim o real interesse colectivo das populações, dando continuidade ao percurso de transformação e desenvolvimento iniciado com o Poder Local Democrático conquistado com a Revolução de Abril. Almada é um Concelho de Abril, é com os valores de Abril, com os trabalhadores e o povo que continuará."

7.2.2.15 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Eu gostaria de começar por vos deixar uma nota que me parece que é óbvia, nós vivemos neste Concelho, sabemos qual o Concelho em que vivemos, sabemos quais as transformações que ele tem tido ao longo destes anos. Os mais velhos, os mais novos e seguramente que cada um em consciência tem presente as grandes transformações que aqui têm ocorrido. O Concelho desenvolvido que somos em todos os domínios da nossa vida, com os problemas que naturalmente subsistem, e subsistem neste Portugal que é de todos, que se desenvolveu mas que também ainda tem muitos problemas por superar, e portanto aquele retrato que de vez em quando nós ouvimos a partir de uma ou outra intervenção, não é obviamente o retrato de Almada. Não é, com todo o respeito pela intervenção que cada um foi fazendo, mas as intervenções mais negras, mais críticas no sentido de apontar Almada como um Concelho onde os problemas do património, a falta de respeito pelo património e muitas outras situações, as questões do imobiliário etc., de facto não correspondem àquilo que nós enquanto Concelho somos e todos temos consciência disso. Eu queria dizer-vos que a elaboração do Plano e Orçamento começou em Junho e com grande respeito por todas as forças políticas, quem está na Câmara e quem está apenas na Assembleia Municipal. Mas de facto eu tenho pena que quem esteve comigo, não tivesse feito a sua intervenção naquela peanha porque a comunicação é o que é e eu admito que tenham sido problemas de comunicação. Porque queria dizer-vos que o que foi sucessivamente sendo dito pelas intervenções que foram sucedendo em nome dos diferentes partidos políticos, eu queria dizer que o PSD, trouxe aqui algumas questões mas não tive em cima da mesa propostas, ideias sim, ideias. E as ideias apresentadas e queria dizer isto, as ideias apresentadas, naturalmente que foram tidas em consideração e trabalhadas dentro do documento que temos elaborado e que temos em apreciação. Obviamente que a Polícia Municipal não foi aceite, temos pontos de vista diferentes, mas considero que as questões que foram faladas e não propriamente propostas, que foram faladas, elas têm tradução no Plano que aqui está. Também queria dizer que relativamente ao Partido Socialista, nós só percebemos qual era o preço do Partido Socialista quando votámos o Plano e Orçamento na Câmara Municipal, porque até ai não sabíamos que havia um preço, mas depois percebemos que havia um preço, e que esse preço tinha a ver exactamente com o que foi aqui referido, ou seja, a questão da abertura ao trânsito da zona pedonal. Mas esta não foi uma proposta apresentada a troco de uma aprovação, não senhor. Portanto queria deixar esta nota. Abertura para viabilizar o Plano e Orçamento se por ventura ele estivesse em causa, mas nunca à custa desta ou daquela, ou da outra proposta. E falo porque sei do que estou a falar, sei com quem falei e portanto naturalmente não posso deixar de dizer isto, e estou a dizer com verdade. Ou seja, viabilizar desde que pudesse estar em causa o Plano e Orçamento para o ano que vem. Mas não à custa disto ou daquilo. Se houvesse dificuldades poderíamos falar. Esta é tão só a verdade, e eu registo com apreço. E atenção, eu registo com apreço mas esta é a verdade. Agora, a questão do preço, foi na votação na reunião de Câmara, isso eu tenho que dizer e é absolutamente a verdade e não há outra. Queria também deixar nota que relativamente ao CDS, não sei, talvez o Sr. Deputado António Maco se tenha esquecido do documento feito pelo Sr. Deputado Fernando Pena, o que é verdade é que tudo aquilo que ele aqui disse não foi



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

transmitido na reunião que tivemos. Peço muita desculpa, mas aquilo que o Sr. Deputado Pena aqui disse não foi apresentado na reunião. Proposta disto, proposta daquilo, proposto do outro. O Sr. falou do Vale da Sobreda, isso falou e voltou a falar aqui hoje outra vez, e falou do lixo. Agora eu tenho tudo escrito aquilo que cada um foi falando e quero aqui dizer Sr. Deputado que de facto aquele rol de propostas imensas que o Sr. Deputado Pena aqui referiu e que a Câmara não aceitou e que a Presidente não aceitou, nunca tinha ouvido falar nelas. Portanto, é bom que também sejamos claros e sejamos verdadeiros. Também queria deixar nota de que a atitude para a concepção do Plano foi de abertura. Naturalmente que se houvessem propostas, porque o documento foi distribuído, e se houvessem propostas para ajustar o documento, sentar-nos-íamos e conversaríamos sobre essas propostas, isso aconteceu com o Bloco. E a única pessoa que interveio aqui e que esteve numa reunião comigo, foi o Deputado Luís Filipe, não foi só a Vereadora do Bloco. Foi também o Deputado Luís Filipe, porque eu fiz reuniões no âmbito do direito da oposição e fiz reuniões no âmbito enfim do trabalho com os nossos Vereadores que estão em exercício na Câmara Municipal. E portanto, o Bloco entendeu perante o documento que estava feito, entendeu sentar-se, em Novembro, para falar sobre algumas coisas. E isto é que é saudável, porque se há aspectos que estão lá, mas podem não estar devidamente enfatizados, sublinhados, que podem ainda ter uma ou outra dimensão no sentido de ficar mais claro, no sentido de ser mais acertivo o que está no documento porque não? Sim senhor, sentamo-nos e fizemos ajustamentos relativamente aquilo que era o documento elaborado. E obviamente isso decorreu já também das reuniões anteriores, em que tínhamos conversado e até ao último momento isso esteve como possibilidade. E portanto, eu queria aqui deixar nota de que encaro com enorme satisfação a atitude do Bloco, sem dúvida. Porque foi uma atitude construtiva, para a elaboração de um Plano, das Opções do Plano para o ano de 2011. Mas não enjeitei, não enjeitamos a colaboração fosse de quem fosse, as contribuições fosse de quem fosse. E por isso o próprio documento também diz que contempla a essência das ideias apresentadas pelos diferentes grupos políticos. E eu considero que contem, como digo que não contem a Polícia Municipal, pois não, porque aí temos divergências de fundo, e não estamos de acordo. Aliás é curioso que há poucos dias lendo os jornais nós percebemos que parece que o Porto e Lisboa têm um entendimento de passar efectivos da Polícia de Segurança Pública para a Polícia Municipal e parece que pelo menos os jornais disseram, eu não sei o que é que foi transmitido aos jornalistas, mas os jornais disseram que com isso estas Câmaras iam ter muito mais receita porque iriam cobrar muito mais multas e isso iria ajudar as receitas municipais. Dou um bocadinho de desconto a esta referência feita nos jornais, mas foi o que foi divulgado a propósito desta situação em concreto. Mas dizer por exemplo que a este propósito a Câmara Municipal de Sintra que é uma Câmara presidida por um social democrata e de maioria social democrata tem uma Empresa Municipal de Circulação e Estacionamento e tem uma Polícia Municipal, tem as duas coisas. Eu acho que é importante cada um de nós reflectir sobre aquilo que se vai passando nos diferentes Concelhos e afinal percebermos que a legislação veio atribuir aos fiscais das



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

empresas municipais de circulação e estacionamento competências de fiscalização e fazer cumprir o código das estradas.

Nem faz sentido hoje, poderia lá mais atrás haver alguma competência que as empresas municipais, não pudessem exercer, hoje em dia exercem. Esta é de facto uma questão que vêm insistindo e sobre a qual nós não estamos de acordo. Agora, não há dúvida que este documento reflecte uma estratégia. Nós temos aqui sete eixos estratégicos e no conjunto destes eixos nós temos 134 linhas de orientação e mil e muitas actividades. E este propósito, porque isto foi referido numa das intervenções dos Srs. Deputados Municipais, eu queria dizer que apreciei as intervenções da CDU que analisaram o documento e os diferentes intervenientes e aqui vieram trazer uma avaliação e um ponto de vista sobre diferentes áreas do documento, apreciei a intervenção do Bloco, discordando aqui e acolá porque não podemos também estar de acordo com tudo, mas apreciei, construtiva, pondo o seu ponto de vista onde entendem que não são coincidentes com aquilo que a CDU entende, mas valorizando aquilo que são as Opções e que estão vertidas no documento e com as quais se identificam. E também gostava de deixar nota de que apreciei com mérito, do meu ponto de vista, a intervenção do Sr. Deputado Luís Varela Pais, que com divergências e chamando atenção para pontos de vista diferentes, mas esta de ler para lá das bandeiras, nós lemos sempre para lá das bandeiras. Mas apreciei e quero dizer com verdade, que domina o documento, mostrou que o domina, que o analisou e que aqui trouxe o seu ponto de vista sobre o conteúdo do documento. Isto do meu ponto de vista deve ser valorizado, acho que sim e que é por aqui também que todos devemos exercer a nossa missão de autarcas seja em que área for. Não é crítica nenhuma para ninguém em particular, mas é o meu ponto de vista sobre a forma como as diferentes intervenções se foram sucedendo.

Eu queria dizer-vos que este Plano e este Orçamento tem uma opção muito clara quando se diz que há uma opção pelas pessoas, pelos cidadãos de Almada, é assim mesmo. É os números reflectem isto mesmo. Porque quando se analisam os números nós percebemos claramente que houve uma opção por conter os encargos de funcionamento. Onde este Orçamento está contido verdadeiramente, contido e apertado é nos encargos de funcionamento, que já estavam no osso, quase, e que ainda foram mais apertados. E por isso nós verificamos que é a esse nível que nós conseguimos uma diminuição da despesa na ordem dos quatro milhões de euros e é com esta diminuição da despesa que nós vamos conseguir manter e até subir nalgumas áreas do apoio ao Movimento Associativo, que vamos conseguir não diminuir nas nossas Juntas de Freguesia aquilo que por ventura outra opção poderia conduzir a tomar, porque quando nós olhamos para as receitas das Juntas de Freguesia e nós constatamos que as Juntas de Freguesia no nosso Concelho, no seu conjunto, têm cerca de quatro milhões de euros e que destes cerca de quatro milhões de euros, cerca de dois milhões e seiscentos são transferidos pela Câmara Municipal de Almada, por decisão da Assembleia, que aprova o Plano e Orçamento nós verificamos que temos aqui 182%. O Orçamento de Estado é que tem obrigações, todos sabemos, a Lei estabelece que o financiamento das Freguesias é feito a partir do Orçamento de Estado, não são as Câmaras Municipais que têm a obrigação legal de financiar as Juntas de Freguesia, mas nós há muito



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

tempo no nosso Concelho que entendemos que o Poder deve estar próximo das populações, às Juntas de Freguesia do nosso Concelho o máximo de recursos possível de modo a que esse exercício junto das populações se possa traduzir em mais benefícios e mais rapidez na resolução dos problemas da nossa população. Portanto, são dois milhões e seiscentos do Orçamento do Município para um milhão e quatrocentos do Orçamento de Estado. E o Orçamento de Estado tirou nove por cento às Freguesias, e tirou à Câmara Municipal em dois anos seguidos dois milhões e trezentos mil euros. Esta é a verdade. Em 2010 a Câmara Municipal não beliscou as Freguesias. Eu sei quem é que esteve na reunião, ouvi falar de emoções etc., não percebi. Mas eu sei o que se passou connosco entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, quando apareceu o primeiro tsunami e o que foi dito foi, vamos ver como é que isto vai evoluir, vamos tentar manter ao máximo aquilo que está orçamentado para as Freguesias no sentido de manter até ao fim do ano e transferir e portanto não houve uma beliscadela nas nossas Freguesias. Em relação a 2011, naturalmente que tivemos todos que fazer um sacrificozinho, em primeiro lugar o Poder Local pois se dentro da própria Câmara, o esforço é na ordem dos vinte por cento ao nível dos encargos de funcionamento e noutros entendemos e consensualizamos. E foi unanimemente aceite, portanto penso que andam bem os autarcas porque conseguem reunir, abordar as questões e entender as melhores soluções para a nossa população. E obviamente que com isto nós também conseguimos que a acção social escolar, os apoios ao Movimento Associativo, às escolas e tudo o que é área social, que se mantivessem mais ou menos, ao nível dos subsídios e da acção social escolar subiu exponencialmente como já aqui foi dito e muito bem. Portanto, eu penso que houve aqui opções claras pelo Estado Social, opções claras pelas pessoas, opções claras pelo trabalho, pela dinamização da economia e opções de contenção que vai exigir uma gestão muito apertada dentro da própria Câmara, e nós já fazemos isto há muitos anos. Eu fico muito, muitas vezes admirada quando ouço alguns governantes dizerem que agora fazem cativações e agora fazem cabimentos, eu pergunto, mas o que é que se andou a fazer ao nível do Estado? Aqui sempre se fez isto, cabimentos e cativações, não sei trabalhar de outra maneira, não sabemos trabalhar de outra maneira. E talvez seja por isso, que nós chegamos num ano diabólico como aquele que temos vivido, nós chegamos ao fim deste ano e podemos dizer não temos dinheiro a mais, mas podemos dizer que se hoje fechasse a porta da Câmara os compromissos eram todos pagos. Há dinheiro a mais? Não há. Mas houve uma grande rigidez e pulso na gestão interna no nosso Município, envolvendo todos os dirigentes, todos os trabalhadores, todos a perceberem que se tinha ainda que reforçar a exigência ao nível da gestão. E portanto, será muito bom que nós em 2011 consigamos ter o mesmo resultado. Nós temos uma receita muito apertada, porque as receitas próprias do Município, que decorrem obviamente também da actividade económica, estão a descer brutalmente, toda a gente sabe disso, estão a descer brutalmente. E naturalmente que com o corte do Orçamento de Estado para o Município com o aumento do IVA, com os acréscimos ao nível também dos descontos com os trabalhadores, etc., etc., sabemos que isto não é fácil, que isto é difícil. E meus queridos amigos, eu acho é que nós estamos numa situação impar em termos nacionais. Claro depois vem a luta política etc., mas em consciência não há ninguém que não



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

conheça que esta é verdadeiramente uma situação de excepção em termos nacionais. É verdadeiramente uma situação de excepção em termos nacionais. O que se deseja é que não venham outros tsunamis, o que se deseja é que a economia para bem de todos e do País, que a economia recupere e que por aí também a vida das pessoas e o emprego possa melhorar. Portanto há aqui opções, e opções muito claras, e quando se diz que é pelas pessoas é mesmo, quando se diz que é pelo desenvolvimento do Concelho é mesmo. É difícil, muito difícil gerir em contexto como este em que temos vindo a gerir e ter este resultado, é muito difícil, existe muito trabalho muita, muita firmeza e sobretudo muito envolvimento de todos os trabalhadores e uma consciência redobrada daquilo que é necessário fazer para não irmos ao buraco como outros têm ido. E quando nós vemos e lemos a todos o momento, ainda hoje vinha novamente Vila Nova de Gaia e outras, eu quando digo isto não estou a apontar o dedo em sentido de culpabilização seja de quem for, é para dizer que há situações de centenas de milhões de euros de pagamentos em atraso. O deficit está aí sempre a aumentar, há perspectivas, há agora o propósito do Governo, vamos ver se consegue de baixar dos sete e tal para os quatro e tal e etc.. Mas nós temos conseguido não ter deficit vivemos no mesmo País. E acho que temos que reflectir sobre esta situação e não paramos as obras e não paramos as iniciativas de toda a ordem e não fechamos as portas do nosso Município às redes sociais, culturais, desportivas, etc., não fecharam. Agora, houve obviamente medidas tomadas e fez o mesmo com menos dinheiro, e tudo com muita invenção, com muita imaginação, com muito esforço de muita gente, não é a Presidente da Câmara e os não sei quantos magníficos que fazem parte da Câmara. É com as pessoas, com os trabalhadores dirigentes e trabalhadores. E há coisas extraordinárias dentro da nossa Câmara, exemplos extraordinários de como se conseguiu manter os mesmos programas em que a população foi altamente beneficiada, foi a grande beneficiada porque é para ela que trabalhamos e todos têm essa preocupação de arregaçar as mangas, enfrentar as dificuldades e com muita imaginação matar toda a programação que é oferecida à população. E portanto, eu não posso também deixar de referir isto aqui. A Deputada Ana Salvado também a ouço com atenção, mas eu gostava de lhe dizer o seguinte, talvez se o documento é grande não vou dizer que não leu, mas queria dizer que encontrará muitas referências à problemática dos deficientes no nosso Concelho. Em muitas áreas de trabalho, no desporto, nas artes, na formação, no acesso às tecnologias de informação, na promoção da acessibilidade, imensas, imensas áreas de intervenção, a Presidente não se desculpa porque não tem de se desculpar, tem que valorizar o trabalho das nossas instituições. E de facto eu acho que a grande riqueza que nós temos no nosso Concelho e por isso nós enfrentamos estes embates e conseguimos vence-los de alguma maneira é porque temos uma prática de trabalho e um património de trabalho que é diferenciador não digo de todos, mas se calhar da maioria das realidades que nós conhecemos pelo País, é que nós trabalhamos há muito tempo com as nossas instituições a nossa rede local onde estão todos dos organismos desconcentrados, das autarquias e das instituições em geral, do movimento associativo solidário, cultural, desportivo, etc., etc., é um património riquíssimo, e é um património que tem que ser alimentado e isso passa também pelo nosso Plano e pelo nosso



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Orçamento. O nosso Município tem um trabalho com, não é um trabalho para, é um trabalho com e para. Eu quando falo disto queria deixar claro que não estou aqui a dizer que o mérito é da Câmara Municipal, é da Câmara, é dos organismos descentrados da Administração e é das nossas instituições locais. O mérito é de todos e portanto a bandeirinha é de Almada, não é a bandeira deste, daquele ou do outro, a bandeira é a bandeira de Almada. Eu penso que esta é uma riqueza extraordinária que nós temos e que nunca deveremos pô-la em causa, beliscá-la, porque se algum dia acontecer então o Estado Social Local foi às urtigas, porque passa de uma forma bastante acentuada também por aí e muito por aí. Também queria deixar nota que em relação ao quadro de pessoal da Câmara Municipal, eu penso que é importante referir que nós temos 1569 trabalhadores, e destes trabalhadores apenas 82 têm contrato de trabalho a termo resolutivo certo. E isto é muito importante, e os trabalhadores que estão aqui neste número tem a ver com a mobilidade sobretudo na área da limpeza e também os contratos que temos com o Ministério da Educação, os protocolos que temos com o Ministério da Educação. Portanto é aqui que se concentra os 82 trabalhadores com contrato de trabalho a termo resolutivo certo. Eu penso que isto é também extraordinário, porque num universo de 1569, e nós gostávamos de não ter nenhum, mas a vida, a realidade não nos permite ter a situação de outra maneira. Desejamos um dia de não ter nem um, mas é difícil porque a mobilidade por exemplo nos cantoneiros de limpeza é imensa, e nós temos que fazer uma vez por ano concurso para preencher novamente todo o quadro por tempo indeterminado, com o número que está estabelecido para esta área. Dizer que houve trabalhadores, houve lugares que ficaram vagos, concursos que foram abertos e lugares que ficaram vagos por tempo indeterminado, porque não houve pessoas para entrar. Portanto isto também é importante partilhar aqui. Penso que estamos numa situação interessante também deste ponto de vista, penso que é uma situação muito, muito boa, era bom que o País fosse isto, era bom que assim fosse e também gostava de deixar aqui este sublinhado. Portanto, meus queridos amigos penso que temos um grande Plano, um grande Orçamento que ao ser posto em prática, continuará a ter no centro como disse das preocupações, do investimento e dos projectos os almadenses no seu conjunto e correndo bem pelo menos como está contemplado em termos orçamentais, se não tivermos mais nenhuma quebra acentuada e inesperada em 2011, penso que chegaremos ao fim do ano de 2011 com um novo impulso no desenvolvimento do nosso Concelho e minimizando os problemas que todos os dias afectam a nossa população."

7.2.2.16 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uso a palavra sobre o tema em apreço Opções do Plano 2011 e Orçamento. Mas antes de entrar no tema propriamente dito e uma vez que os Srs. Deputados Municipais da CDU e do Bloco de Esquerda legitimamente se pronunciaram sobejamente sobre a situação nacional, gostava apenas fazer uma breve referência sobre essa matéria. É do conhecimento de todos a situação de crise que o País atravessa, de crise que assentam essencialmente na crise financeira internacional. E nas repercussões que essa crise financeira internacional tem, nomeadamente nos aspectos relacionados com a dívida



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

soberana que é uma situação nova preocupante e que afecta Portugal e um conjunto significativo dos países europeus. De qualquer modo sobre essa matéria dir-vos-ei que embora a situação seja preocupante e continue a merecer obviamente a nossa atenção e uma atenção preocupada como obviamente se justifica, gostava de partilhar com os Srs. Deputados Municipais e a Sr.^a Presidente da Câmara a informação que tive conhecimento há pouco na comunicação social, no noticiário. Aparentemente há dados que apontam para estarmos no bom caminho, há um relatório do Ministério das Finanças, nomeadamente a Direcção Geral do Orçamento que aponta para a contenção do deficit e para uma situação que já nos permite ter muita confiança no cumprir das metas orçamentais para 2010. E portanto obviamente que os Srs. Deputados Municipais não dormiriam descansados, aliás Sr. Deputado do Bloco de Esquerda eu conheço-o bem e sei que nunca dormiria descansado, mas há apesar de tudo um aspecto positivo que penso que apesar de tudo o deixe mais tranquilo. Esta situação obviamente obriga a um partido com sentido de responsabilidade e com a noção de qual é o seu papel na política autárquica, ter uma abertura no que diz respeito à viabilidade do Orçamento se essa situação estivesse em causa. E também quero aqui registar o apreço que mereceu a referência da Sr.^a Presidente da Câmara porque de facto o Partido Socialistas disponibilizou-se no ano em que actualmente vivemos, com a situação económica e financeira que atravessamos, disponibilizou-se a estudar com a Presidência da Câmara a possibilidade de viabilização do Orçamento se fosse necessário. Obviamente se a Sr.^a Presidente da Câmara nos tivesse contactado no sentido de dizer que aceitava a nossa disponibilidade, ai iríamos discutir as condições em devido tempo, foram conhecidas, foram aquelas que achamos convenientes e portanto não há nada a esconder. Penso que a situação é uma situação de que não se sai mal a Câmara, nem se sai mal o Partido Socialista, que neste aspecto concreto cumpriu o seu dever como aliás é seu apanágio. As Opções do Plano e o Orçamento nomeadamente as Opções do Plano estão estruturadas em eixos, linhas de orientação e actividades. Eu gostava de deixar aqui uma referência, eventualmente uma sugestão para o futuro, quando nós falamos de eixos, linhas de orientação e actividades, estamos a falar de um caminhar de grandes linhas com um nível de abstracção elevado para actividades que se pretendem concretas e a medida do possível avaliáveis em termos quantitativos e de execução. Não é isso que se passa, vê-se que entre as linhas de orientação e as actividades se mantém o mesmo nível de abstracção embora obviamente nas actividades há uma responsabilização pelas estruturas orgânicas da Câmara Municipal, mas eu penso que no futuro se pode fazer um caminho no sentido de uma melhor concretização das actividades e de uma mais adequada quantificação que permita um acompanhamento, uma avaliação mais adequada. Estas Opções do Plano assentam numa visão e essa visão tem um aspecto territorial e a visão territorial que a Câmara adopta, que o documento contém é uma visão que a nosso ver é redutora e centrada apenas no território municipal, desvalorizando as articulações e interdependências que resultam da integração na grande metrópole, não só com a margem Norte com o grande Concelho da grande metrópole, mas também com os Concelhos vizinhos da Península de Setúbal. Só equacionando estas interdependências e esta integração, faz sentido falar do território do Concelho, numa unidade mais



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

vasta que lhe dá sentido e que lhe dá perspectivas também de futuro. O texto que nos foi apresentado infelizmente não responde à grande preocupação que o PS tem apresentado, tem debatido, tem insistido, que é a preocupação que se prende com o centro de Almada. Percorrendo os eixos, as Linhas de Orientação e as Actividades não se vislumbra uma abordagem minimamente adequada da situação de emergência vivida no centro de Almada, caracterizada pela diversificação e pela progressiva inviabilização da vida e das vivências urbanas. De facto, verifica-se o estiolar das actividades não só económicas, mas culturais e todas as actividades relacionadas com a vida urbana. Este insistir na situação de crise de catástrofes que vive o centro de Almada não é um capricho do PS, nem sequer é uma preocupação apenas com o centro de Almada, não é possível conceber um Concelho harmonioso, integrado, coeso sem uma legibilidade do seu território e sem a existência de pontuação e é fundamental que um Concelho com a importância e com a dignidade de Almada tenha um centro que seja adequado a essa mesma pretensão. Chegamos à informação, participação e governança, e aqui há de facto um grande desafio, e um grande desafio a que o PS vai estar atento. Nós sabemos que houve um aspecto que o Bloco de Esquerda negociou e foi, diz o Bloco de Esquerda contemplado. Foi a possibilidade de haver uma verba destinada à habitação social que vai ser gerida com a possibilidade de participação dos moradores dos Bairros. Portanto há aqui, embora mitigada, embora diminuída um apontar para uma prática de Orçamento Participativo. E nós vamos estar vigilantes, vamos estar vigilantes e vamos verificar se o Bloco de Esquerda consegue de facto, se cumpra este desiderato que é a participação efectiva da população na decisão do fim a dar às verbas consignadas. Quanto à transferência de competências para as Freguesias, é óbvio que a situação actual dá argumentos à Câmara Municipal nesta matéria, mas esses argumentos na perspectiva do PS não colhem. Não colhem porquê? Porque as transferências para as freguesias estão associadas no essencial à prestação de contrapartida de serviços, e esses serviços continuam a ser desenvolvidos no essencial pelas Juntas de Freguesia, e portanto nessa perspectiva entendemos que é desadequado, que é de facto não justificado este corte no que diz respeito à transferência de competências para as autarquias. Poderíamos dizer que este Plano é modesto, mas não é apenas modesto, é um Plano sem rasgo e sem ambição, que não responde aos desafios actuais que se põem ao Município de Almada e por isso o PS vota contra."

7.2.2.17 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós estamos a aproximarmo-nos do fim do debate e esta intervenção tem a intenção de clarificar as razões que nos levam a votar favoravelmente estes documentos que nos são apresentados. Em primeiro lugar e desde logo o conteúdo dos próprios documentos e as intervenções da Sr.^a Presidente da Câmara e do Sr. Presidente dos SMAS. E encontra-se esplanada amplamente a nossa posição no conjunto de intervenções que a CDU já produziu aqui hoje. Queria no entanto acrescentar alguns tópicos e clarificar alguns pontos. Em primeiro lugar começamos por saudar os SMAS e todos os seus trabalhadores pois comemoram o 60º Aniversário da melhor maneira como aqui já foi referido na



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

intervenção do meu Camarada Bruno Dias. Com a gestão do ciclo urbano da água garantido a cem por cento, um serviço público de excelência e por isso de referência, solidez orçamental, assegurando mecanismos de apoio socio-económicos que garantam o acesso universal da água como bem de todos, e mantendo por isso bem viva e óbvia a demonstração que apenas a água em regime de serviço público pode garantir que seja de facto um bem de todos. As grandes linhas de força de Opções do Plano e Orçamento para 2011, consistem na demonstração inequívoca de que é possível e é necessário garantir um serviço público de qualidade socialmente justo e economicamente viável. Nem o estado social está condenado à morte, pelo contrário, é necessário que se fortaleça, nem a crise ao deficit deverão ser pretexto para incapacidades com investimento ao serviço de qualidade da vida das pessoas, o emprego e o desenvolvimento, pelo contrário exigem-nos. E assim o Plano e Orçamento da Câmara e dos SMAS pelas suas opções constituem também um exemplo de lúcida e corajosa frente de luta para um País melhor. É obrigatório referir que o ano de 2011 coloca muitas e sérias preocupações relativamente ao futuro dos portugueses. Muitos se perfilam para justificar políticas de contenção, estrangimento e justificar desigualdades e injustiças contra os que são vítimas da crise permanecendo incólumes os que a provocaram e provocam como se fossem essas políticas incontornáveis e apenas nos restasse a resignação. Consequências do PEC e diminuição das receitas directas vêm agravar agora a situação de roubos e dividas da Administração Central às Autarquias. Leis de Finanças Locais lesivas e muitas vezes nem sequer respeitadas e confira-se a este propósito para não adiantar mais a posição da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Neste contexto de profunda crise do País e diminuição de receitas do Município com consciência das dificuldades e atenção à situação real que se vive, as Opções do Plano assentam na solidez financeira e numa política de rigor cada vez mais atenta à contenção de despesas e definição de prioridades, viabilizam a possibilidade de afectação de receitas correntes ao investimento com o objectivo de não penalizar as necessidades básicas das populações, nem pôr em causa, pelo contrário, contribuir para novos saltos qualitativos no desenvolvimento. E nesse âmbito são referências centrais das Opções o reforço do desenvolvimento do tecido económico do Concelho, não regredir ou estagnar, mas avançar e garantir plenos de investimento, políticas sociais com respostas consistentes e justas, melhoria das condições de vida para os almadenses, criação de emprego, reforço da acção social escolar, apoio ao tecido social mais carenciado. O Plano e Orçamento garantem a continuidade dos projectos QREN e outros estruturantes, a continuação do desenvolvimento das linhas estratégicas definidas e progressivamente concretizadas nas últimas décadas. As Opções do Plano estruturam-se em torno de sete eixos de desenvolvimento em articulação entre si, continuarão a concretizar e a aprofundar a sustentabilidade, a solidariedade e a eco-eficiência. O Plano e o Orçamento construíram-se com respeito pelo trabalho e pelos trabalhadores do município, com a imprescindível contribuição e competência dos seus serviços em diálogo permanente e em partilha com os diversos intervenientes sociais, económicos e culturais em permanente crítica e autocrítica, atenta às realidades concretas a às transformações aceleradas do nosso tempo em total respeito por uma planificação rigorosa que garanta como sempre os



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

compromissos assumidos perante o povo de Almada e acolhendo os resultados das reuniões de trabalho, também esses com as restantes forças políticas representadas no Executivo Camarário. Aqui haverá naturalmente que fazer distinções, quer dessas reuniões, quer do que foi aqui dito hoje.

Em relação ao Bloco de Esquerda o que se passou foi a possibilidade de um diálogo entre a CDU e o Bloco de Esquerda, afirmando este uma posição crítica e construtiva e afirmando também que em Almada combate-se a crise provocada pelas políticas de direita com políticas de esquerda. O Bloco de Esquerda colocou os seus pontos de vista sobre questões que preocupam os cidadãos almadenses e que são do interesse dos almadenses e que também tem sempre preocupado a CDU. O que acontece é que esse acordo ou nesse acordo, foi possível que nesse quadro cada uma delas acordasse sem deixar de ser ela própria, o Bloco de Esquerda afirmando as questões que quer ver aí consignadas e a CDU obviamente não prescindindo perante a construção do seu próprio programa.

Relativamente a outras posições aqui expressas, quando o Partido Socialista afirma que se disponibilizou para viabilizar as Opções se a Câmara precisasse, o que nós registamos aqui foi muito evidente nas intervenções de hoje, é a profunda mágoa do PS por este acordo que foi possível entre a CDU e o Bloco. O PS fixa-se hoje no Centro de Almada como se toda Almada estivesse no Centro, quando nem toda Almada está no Centro, nem o Centro de Almada está morto, nem a crise nacional está só em Almada ou no seu Centro e essas são as questões. Por outro lado, tinha que ser o Partido Socialista, o partido do Governo, o partido que tem feito cortes às cegas por todo o lado, o partido que não respeita as Autarquias Locais, que fez cortes brutais às Câmaras e às Juntas de Freguesia que tinha que vir aqui erguer a voz sobre cinco por cento de redução para as Juntas de Freguesia. Diga-se, esclareça-se que a Câmara Municipal foi prejudicada em nove por cento nas transferências e que a Câmara Municipal sem ter responsabilidades legais transfere para as Juntas de Freguesia oitenta e dois por cento mais do que o Poder Central que tem essa responsabilidade legal e por exemplo para a Junta de Freguesia da Trafaria, essa transferência é superior a uma diferença de quatrocentos por cento. É óbvio que seria demagógico dizer que essas transferências são feitas para assumir responsabilidades porque todos nós conhecemos a Lei e sabemos em que é que as autarquias de todo este País estão a ser prejudicadas e têm de inventar a melhor maneira de fazer mais com os roubos colossais de que têm sido vítimas, não apenas agora mas de há muitos anos a esta parte.

Nas intervenções que aqui houve é evidente que quando se coloca a possibilidade ou a impossibilidade de dialogar com os outros para construir Almada, é fundamental e repito que as pessoas se respeitem entre si se temos opções diversas, não há muito mais a dizer, e todas as pessoas são diferentes e todas as fundamentações de votar contra porque têm outras opções e outras alternativas, não merecem mais comentário. O que merece comentário é quando a argumentação aqui se orienta no sentido de confundir o que são responsabilidades do Central e do Local e quando se desfoca a realidade, e pior do que isso, quando se promovem insultos.

Relativamente ao PSD e referindo-me sobretudo à intervenção do Sr. Deputado António Salgueiro, gostaria de dizer que é óbvio que a Câmara Municipal de Almada foi eleita para cumprir o seu



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

programa. A Câmara não foi eleita para cumprir o programa do PSD. E há um elenco de um conjunto de situações e propostas que não correspondem a isso e que seriam obviamente não aceites.

Concluindo as Opções do Plano e do Orçamento revelam consistências e continuidade de um rumo traçado, possibilidade e necessidade de continuar a luta por essa continuidade e apesar das apreensões que a situação do País impõe e políticas nacionais que agravam significativamente as condições de vida e comprometem a dignidade do direito ao trabalho, acentuam desigualdades, não exigem verdadeiramente sacrifícios aos que mais podem e devem fazê-lo e comprometem o desenvolvimento é com orgulho que votamos favoravelmente os instrumentos de gestão do Município que apontam no sentido inverso e que desenvolvem políticas onde todos possam ter lugar na construção do seu futuro. Com a lucidez de quem afirma que essa construção passa por opções governativas participadas pelas populações e pelo empenho quotidiano do trabalho e com a confiança realista de quem está disponível para enfrentar esses desafios. Pela nossa parte reafirmamos o compromisso da nossa intervenção sempre nesse sentido. E concluímos saudando a Presidente da Câmara, o Presidente dos SMAS, Vereadoras e Vereadores disponíveis para missão de serviço público de concretização deste Plano, Trabalhadores do Município e Cidadãos do Concelho, desejando a todos votos de realização pessoal e continuação de um excelente trabalho em 2011."

7.2.2.18 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Isabel Moura (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

De facto o programa da CDU não é o nosso programa, mas lembrar a Sr.^a Presidente, a reunião em que estivemos presentes e que eu também estive de que houve mais propostas do que a Polícia Municipal, aliás nós mesmo predispusemo-nos para ter reuniões técnicas para preparar o Orçamento da Despesa, não sei se, se recorda disso, mas falámos de outros assuntos e deste poderíamos estar aqui a falar o resto da noite, mas como já é bastante tarde ficamos por aqui. Feliz Natal a todos."

7.2.3 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação das Propostas:

7.2.3.1 - A Proposta N^o 26/X-2^o (1^a Parte, 2^a Parte e 3^a Parte), foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda e dos eleitos do BE), 15 votos contra (de eleitos do PS, inclusive o Representante da Junta de Freguesia da Trafaria, dos eleitos do PSD e de eleito do CDS-PP) e uma abstenção do PSD - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica), através das seguintes deliberações:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea b), do n^o 2, do artigo 53^o, da Lei n^o 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n^o 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprova as Opções do Plano do Município para o ano de 2011, no teor constante da deliberação do Executivo Camarário de 03 de Dezembro 2010.

DELIBERAÇÃO



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea b), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprova o Orçamento do Município para o ano de 2011, com o valor global de 83.578.294,31 Euros, no teor constante da deliberação do Executivo Camarário de 03 de Dezembro de 2010.

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea o), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do nº 2, do artigo 3º, e nº 3 do artigo 5º, da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, aprova o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2011, com um total de 1712 postos de trabalho, nos precisos termos da deliberação do Executivo Camarário de 03 de Dezembro de 2010.

7.2.3.2 - A Proposta Nº 27/X-1º (1ª Parte, 2ª Parte e 3ª Parte), foi aprovada por maioria com vinte e seis votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal, Sobreda, dos eleitos do BE e de eleito do PSD - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica) e dezasseis votos contra (de eleitos do PS, inclusive a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, dos eleitos do PSD e de eleito do CDS-PP), através das seguintes deliberações:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea b), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprova as Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento - SMAS para o ano de 2011, no teor constante da deliberação do Executivo Camarário de 03 de Dezembro de 2010.

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea b), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprova o Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento - SMAS para o ano de 2011, com o valor global de 30.169.290 Euros, no teor constante da deliberação do Executivo Camarário de 03 de Dezembro de 2010.

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea o), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do nº 2, do artigo 3º, e nº 3, do artigo 5º, da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, aprova o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento - SMAS para o ano de 2011, com um total de 553 postos de trabalho, nos precisos termos da deliberação do Executivo Camarário de 03 de Dezembro de 2010.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.3 - Entrou-se no ponto 3.3 da agenda com a apreciação e votação da Proposta N^{os} 28/X-2^o de iniciativa da Câmara Municipal e aprovada em Reunião Camarária de 15/12/2010, sobre "Integração do Município de Almada na Associação Portuguesa de Agricultura Biológica - AGROBIO", (**Conforme ANEXO XXVII**).

7.3.1 - Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara, para apresentar a respectiva Proposta.

7.3.1.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Penso que esta Proposta é uma Proposta importante, mas é simples, penso que de fácil entendimento. O que se pretende é que o nosso Município integre a Associação de agricultura Biológica. Temos um conjunto de projectos em mãos, nomeadamente a nossa Quinta Biológica, os Parques Agrícolas Urbanos, etc.. Portanto há um conjunto muito amplo de projectos que estão em desenvolvimento e que também fazem parte da proposta que há pouco acabámos de aprovar e considera-se que o conhecimento e as competências que existem nesta Associação são também para a Câmara Municipal uma mais valia importante que nos ajudará certamente a desenvolver os projectos que temos em mãos também do ponto de vista técnico com algum reforço ao nível do conhecimento destas matérias."

7.3.2 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação da Proposta N^o 28/X-2^o, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

A AGROBIO é uma associação com o objectivo da defesa e do desenvolvimento da agricultura biológica em Portugal.

A referida Associação fundada em 1985, tem presentemente cerca de 5.000 associados, individuais e colectivos, que partilham preocupações comuns com a qualidade dos alimentos, a saúde, o ambiente e a agricultura sustentável, sendo filiada na Internacional Federation of Organic Agriculture Movements - IFOAM.

Assim e considerando o potencial agrícola do Concelho de Almada e no interesse de um sistema integrado de promoção da agricultura sustentável

Considerando também os projectos em curso para recriar a agricultura urbana e peri-urbana no Concelho, de que é parte e exemplo a Quinta Biológica de Almada

Considerando ainda que a adesão de Almada à AGROBIO proporcionará, nomeadamente, o apoio técnico a projectos, a partilha de experiências, informação, assim como a formação.

Nestes termos, ao abrigo e para os efeitos do artigo 53^o, do número 2, da alínea m), da Lei n^o 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n^o 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal autoriza a integração do Município de Almada na Associação Portuguesa de Agricultura Biológica - AGROBIO.

7.4 - Entrou-se no ponto 3.4 da agenda com a apreciação e votação da Proposta N^o 29/X-2^o de iniciativa da Câmara Municipal sobre "Alteração dos Estatutos da Sociedade CostaPolis", (**Conforme ANEXO XXVIII**).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.4.1 - Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara, para apresentar a respectiva Proposta.

7.4.1.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu hoje fui contactada pelo Coordenador Nacional do Programa Polis, procurei porque esta era a nossa última Assembleia Municipal e a sociedade termina a 31 de Dezembro e naturalmente que quero também aqui agradecer a compreensão de todos para que este assunto tenha hoje aqui lugar e possa ser apreciado. Era muito incómodo, penso eu, para o nosso Município no caso de haver uma decisão ela não poder ser assinada pelo Representante do Município por falta de uma deliberação. Não o ia fazer naturalmente que era uma responsabilidade que não iria assumir se não tivesse da parte da Assembleia Municipal a respectiva autorização. O processo está a decorrer, conta-se que dentro de dias possa haver a decisão do Accionista Estado e a haver é também necessário para que o documento formal possa ser aceite que a Assembleia Municipal me autorize, sou eu que represento o Município nesse acto, a subscrever essa decisão conjunta de prorrogar a Sociedade CostaPolis para o dia 31 de Dezembro de 2017. O processo está a decorrer de facto há projectos em mão, há obviamente também a situação que se conhece do ponto de vista financeiro, sabe-se quais são os constrangimentos que aí estão, mas também se sabe que existe um património transferido para a CostaPolis, património fundiário, quer da própria Câmara, mas também do próprio Estado, e que tem um valor numa situação, de uma economia mais favorável, terá com certeza também valores mais interessantes porque de facto a verba resultante do conjunto dos terrenos também é conhecida da própria Assembleia nos documentos que foi aprovando ao longo do tempo, ela está lá contemplada. Portanto, é preparar as condições para que durante os próximos anos também se possa trabalhar e também se possa vir a alienar os terrenos, entretanto e desenvolver projectos e obras que tanta importância têm para aquele território, mas também para o nosso Concelho no seu conjunto e para a Área metropolitana de Lisboa com os reflexos que também pode ter no País. É esta a proposta genericamente aqui trazida e agradecendo a vossa decisão."

7.4.2 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação da Proposta Nº 29/X-2º, que foi aprovada por maioria com 41 votos a favor (dos eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal, Sobreda, dos eleitos do PS inclusive o Representante da Junta de Freguesia da Trafaria, dos eleitos do PSD, inclusive o Presidentes da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e dos eleitos do BE), e um voto contra (de eleito do CDS-PP), através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

Considerando que nos termos dos Estatutos da Sociedade CostaPolis aprovados pelo Decreto-Lei nº 229/2001, de 20 de Agosto, e alterada em 2006, a duração da Sociedade termina em 31 de Dezembro de 2010.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Considerando a proposta apresentada ao accionista Estado, detentor de 60/% do capital social, pelo Coordenador Nacional do Programa Polis/Ministério de Ambiente e Ordenamento do Território para a prorrogação da Sociedade CostaPolis até ao dia 31 de Dezembro de 2017.

Considerando que o Município de Almada é também accionista da referida Sociedade, detendo 40% do capital social e foi ponderado a efectivação da prorrogação da sua duração através de Deliberação Social Unânime por Escrito.

Nestes termos, a Assembleia Municipal tendo em vista o exercício dos direitos do Município de Almada enquanto accionista, nomeadamente de subscrição da Deliberação Social Unânime por Escrito, aprova, para os efeitos previstos na alínea e), do nº 1, artigo 10º dos Estatutos da Sociedade CostaPolis, aprovados pelo Decreto-Lei nº 229/2001, de 20 de Agosto, a adesão do Município à alteração do artigo 3º dos referidos Estatutos de prorrogação da duração da Sociedade até 31 de Dezembro de 2017.

8 - Não havendo mais pedidos de uso da palavra, deu-se por concluída a agenda da reunião.

9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emilia Guerreiro Neto de Sousa e dos Vereadores Excelentíssimos Senhores Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Maria Amélia de Jesus Pardal, António José Sousa Matos, José Manuel Raposo Gonçalves, José Carlos Rebelo Simões, Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida, Nuno Filipe Miragaia Matias, Maria Helena Gomes Oliveira.

10 - Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhor Miguel Ribeiro, Boletim Municipal DIRP - CMA e de trinta e dois Senhores Munícipes.

11 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Acta, que foi aprovada por unanimidade.

12 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 01H00 do dia 21 de Dezembro de 2010.

13 - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

O 2º SECRETÁRIO _____